



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

COMISSÃO PERMANENTE REUNIÃO DE 20 DE JULHO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 5 minutos.

Antes da ordem do dia. — O Sr. Presidente informou a Comissão Permanente da adopção, pela Conferência de Líderes, do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 61/2004, de 22 de Setembro.

Foram designadas duas Secretárias para a Mesa da Comissão.

Deu-se conta da entrada na Mesa de requerimentos e da resposta a alguns outros, das propostas de lei n.ºs 26 a 32/X, dos projectos de lei n.ºs 127 a 141/X, do projecto de deliberação n.º 5/X e dos projectos de resolução n.ºs 52 e 53/X.

Em declaração política, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) trouxe à colação a recente entrevista dada pelo Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Freitas do Amaral) ao *Diário de Notícias*.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Luís Marques Guedes (PSD) criticou o que considera a descoordenação evidenciada no Governo e a desautorização do Sr. Primeiro-Ministro pelo Sr. Ministro de Estado e das Finanças (Luís Campos e Cunha), após o que respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Mota Andrade (PS).

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) falou do atraso na aprovação da lei de limitação de mandatos e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Osvaldo Castro (PS) e Luís Marques Guedes (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes (Os Verdes) abordou a temática dos fogos florestais e dos impactos dos resíduos radioactivos na saúde das populações.

O Sr. Deputado Luís Braga da Cruz (PS), também em declaração política, aproveitou a passagem de cinco meses sobre a realização das eleições legislativas para fazer uma avaliação das principais medidas anunciadas pelo Governo na área da economia.

Finalmente, em declaração política, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) teceu considerações à política energética do Governo e respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento do orador que o antecederá.

Ordem do dia. — A Comissão procedeu a um debate, requerido pelo PSD, sobre a grave crise de falta de água que o

País presentemente atravessa, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Jaime Silva) e dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva), os Srs. Deputados Jorge Moreira da Silva (PSD), José Soeiro (PCP), Luís Fazenda (BE), Miguel Freitas (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) e Francisco Madeira Lopes (Os Verdes).

Procedeu-se, igualmente, a um debate, requerido pelo Governo, sobre a concertação social e a revisão da legislação laboral. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (Vieira da Silva), os Srs. Deputados, Odete Santos (PCP), Arménio Santos (PSD), Luís Fazenda (BE), Luís Pais Antunes (PSD), Jorge Strecht (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Foi aprovado o projecto de deliberação n.º 5/X — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR).

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de resolução n.º 54/X.

Por último, a Comissão Permanente aprovou seis pareceres da Comissão de Ética, três autorizando Deputados do PS a depor por escrito em tribunal como testemunhas, dois relativos à suspensão do mandato de Deputados do PSD e um outro denegando autorização ao levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do PS.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à reunião:

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
António Bento da Silva Galamba
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Jaime José Matos da Gama
João Cardona Gomes Cravinho
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Carlos Correia Mota de Andrade
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Arménio dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Bloco de Esquerda (BE):

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostava, em primeiro lugar, de vos dizer que, em Conferência de Líderes, foi decidido manter o Regulamento da Comissão Permanente actualmente em vigor, aprovado pela Resolução n.º 61/2004, de 22 de Setembro.

Em segundo lugar, quanto aos Secretários da Mesa da Comissão Permanente, por proposta do PS, temos a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça e, por proposta do PSD, a Sr.ª Deputada Maria Ofélia Moleiro, que, suponho, podemos considerar eleitas nesta reunião, segundo o nosso Regulamento.

Passaria de imediato a palavra à Sr. Secretária para ler o expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa vários requerimentos.

Na reunião plenária de 22 de Junho e nos dias 27 e 28 de Abril — ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira; ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr.^a Deputada Odete João; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral; ao Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, formulado pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

Na reunião plenária de 29 de Junho — aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (PNRF e ICN), das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Instituto Nacional de Aviação Civil e às Câmaras Municipais de Leiria e Pombal, formulados pelos Srs. Deputados Jovita Ladeira, Miguel Tiago e Teresa Caeiro; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Osvaldo de Castro e Francisco Louçã; aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Abílio Dias Fernandes e Bernardino Soares; ao Ministério da Economia e da Inovação, formulado pelo Sr. Deputado Honório Novo.

Nas reuniões plenárias de 30 de Junho e de 1 de Julho — ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Alberto Antunes; ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Jovita Ladeira e Agostinho Lopes; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelas Sr.^{as} Deputadas Maria Helena Rodrigues e Ana Drago; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e às Câmaras Municipais de Lisboa e de Lagos, formulados pelos Srs. Deputados Luís Rodrigues, Almeida Henriques, Ricardo Martins, Abílio Dias Fernandes, Miguel Tiago, Teresa Caeiro, José Junqueiro, Jorge Machado, Alda Macedo e Telmo Correia; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Henrique Rocha de Freitas; aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e dos Negócios Estrangeiros, formulados pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral; e ao Ministério da Justiça (Direcção-Geral dos Serviços Prisionais), formulado pelo Sr. Deputado Mendes Bota.

Na reunião plenária de 29 de Junho e no dia 4 de Julho — aos Ministérios da Economia e da Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social, formulados pelos Srs. Deputados Miguel Laranjeiro e António Filipe; ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, formulado pelo Sr. Deputado Hermínio Loureiro; e ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Henrique Rocha de Freitas.

No dia 4 e nas reuniões plenárias de 6 e 7 de Julho — à Secretaria de Estado dos Transportes, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Almeida; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Mota, Mário Albuquerque e Maria Ofélia Moleiro; ao Ministério da Saúde, formulados pelas Sr.^{as} Deputadas Maria de Belém Roseira e Teresa Caeiro; aos Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho e da Solidariedade Social, formulado pela Sr.^a Deputada Maria Carrilho; aos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Economia e da Inovação, formulados pelos Srs. Deputados Hermínio Loureiro e António Filipe; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Amaral; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Pedro Duarte; ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e à Câmara Municipal de Loures, formulados pelos Srs. Deputados Ricardo Martins e Alda Macedo; e a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes.

Nas reuniões plenárias de 7 e 8 de Julho — ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Leonor Coutinho e Mota Amaral; aos Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelo Sr. Deputado José Cesário; ao Sr. Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Adão Silva; à Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira; aos Ministérios da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Agostinho Lopes e António Filipe; ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Miguel Tiago; ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e à Câmara Municipal de Leiria, formulados pela Sr.^a Deputada Teresa Caeiro; ao Instituto Nacional de Aviação Civil, formulado pelo Sr. Deputado Mendes Bota; à Câmara Municipal do Seixal e à Junta de Freguesia de Fernão Ferro, formulados pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães; ao Governo, e ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministérios da Educação da Economia e da Inovação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Justiça, formulados pelo Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte.

Na reunião plenária de 8 de Julho e no dia 11 de Julho — ao Ministro de Estado e da Presidência, formulado pela Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro; à Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Cabral; ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Machado; ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, formulado pelo Sr. Deputado Honório Novo; aos Ministérios da

Educação e da Cultura, formulados pela Sr.^a Deputada Teresa Caeiro; ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia; e ao Sr. Presidente da Assembleia da República, formulado pelo Sr. Deputado Ricardo Gonçalves.

Nos dias 13, 14 e 15 de Julho — aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Miguel Freitas e Agostinho Lopes; aos Ministérios da Administração Interna, da Justiça, da Saúde e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Machado; ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Educação, formulados pelos Srs. Deputados Odete João, Abílio Dias Fernandes, Honório Novo e Nuno Magalhães; aos Ministérios da Defesa Nacional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado José Eduardo Martins; a diversas juntas de freguesia, formulados pelos Srs. Deputados Abel Baptista, Álvaro Castello-Branco, João Pinho de Almeida, João Rebelo, Miguel Anacoreta Correia, Nuno Magalhães, Pedro Mota Soares, Telmo Correia e Teresa Caeiro.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 30 de Junho — Bernardino Soares, Jorge Machado, João Teixeira Lopes, Ana Drago, Mota Amaral, Alda Macedo, António Filipe, Agostinho Lopes e Armando Alves, Luís Braga da Cruz e Mário Albuquerque.

No dia 1 de Julho — António Filipe, José Soeiro e Francisco Louçã, Luís Fazenda e Horácio Antunes, e Alda Macedo.

No dia 4 de Julho — Luísa Mesquita e António Filipe.

Nos dias 6 e 7 de Julho — Paulo Batista Santos, Francisco Lopes, Luísa Mesquita, Honório Novo, Alda Macedo, Jaime Marta Soares, Mariana Aiveca, Jorge Machado, António Filipe, Victor Baptista, José Cesário, Manuel Alegre, Luís Rodrigues, Horácio Antunes e José Soeiro, Francisco Madeira Lopes, Helena Pinto, João Teixeira Lopes, Agostinho Lopes e Miguel Tiago, José Soeiro, Mota Amaral, Carlos Gonçalves, Odete Santos, Helena Terra, João Pinho de Almeida, José Eduardo Martins, Jovita Ladeira e Teresa Caeiro.

No dia 12 de Julho — Luís Braga da Cruz, Horácio Antunes, António Filipe, Luísa Mesquita, Francisco Madeira Lopes e Jovita Ladeira, Ana Drago e Adão Silva, José Soeiro, Manuel Maria Carrilho, Honório Novo e Jorge Machado, Agostinho Lopes e Francisco Louçã.

No dia 14 de Julho — Honório Novo, Luísa Mesquita e Telmo Correia.

No dia 15 de Julho — Honório Novo, Horácio Antunes, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda, Jorge Machado, Manuel Maria Carrilho e Francisco Lopes, Susana Amador, Mota Amaral, José Soeiro, Agostinho Lopes e Luísa Mesquita, Mariana Aiveca, António Filipe, Miguel Tiago, João Teixeira Lopes e Henrique Rocha de Freitas.

No dia 18 de Julho — João Teixeira Lopes, José Soeiro, António Gameiro, Mariana Aiveca, Honório Novo e Miguel Tiago, e José Luís Carneiro.

No dia 19 de Julho — Agostinho Lopes e Manuel Mota.

Deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: propostas de lei n.^{os} 26/X — Fundo de integração desportiva nacional (ALRAM), que baixa à 8.^a Comissão, 27/X — Altera o Decreto-Lei n.^º 465/77, de 11 de Novembro (ALRAM), que baixa à 1.^a Comissão, 28/X — Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições, que baixa à 1.^a Comissão, 29/X — Implementa o exercício do direito de voto por meio electrónico para os eleitores que por motivos de estudo, formação, realização de estágios de âmbito curricular ou profissional, ou por motivos de saúde, ou participação em competições desportivas de carácter regular se encontrem deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral (ALRAM), que baixa à 1.^a Comissão, 30/X — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009, que baixa à 5.^a Comissão, 31/X —Estabelece a possibilidade de concessão de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito da operação de crédito de ajuda para os países destinatários da cooperação portuguesa, que baixa à 5.^a Comissão, e 32/X — Altera a Lei n.^º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), que baixa à 1.^a Comissão; projectos de lei n.^{os} 127/X — Elevação da povoação de Ancede, no concelho de Baião, à categoria de vila (PS), que baixa à 7.^a Comissão, 128/X — Limita os vencimentos dos titulares de cargos públicos (PCP), que baixa à 1.^a Comissão, 129/X — Atribuição de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros inscritos ao abrigo do artigo 71.^º do Decreto Regulamentar n.^º 6/2004, de 26 de Abril, e do artigo 6.^º do Acordo sobre Contratação Recíproca, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, a 11 de Julho de 2003, que baixa à 1.^a Comissão (BE), 130/X — Promove a formação profissional qualificante, a aprendizagem ao longo da vida e a sua certificação (BE), que baixa à 11.^a Comissão, 131/X — Aprova medidas de desbloqueamento da progressão das carreiras militares (PCP), que baixa à 4.^a Comissão, 132/X — Promoção e valorização dos bordados de Castelo Branco (PS), que baixa à 6.^a Comissão, 133/X — Estabelece medidas de protecção da orla costeira (PS), que baixa à 7.^a Comissão, 134/X — Cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extração de inertes (PS), que baixa à 7.^a Comissão, 135/X — Gestão das zonas terrestres ribeirinhas (PCP), que baixa à 7.^a Comissão, 136/X — Revoga o Decreto n.^º 35 106, de 6 de Novembro de 1945 (que regulamenta a ocupação e atribuição de casas destinadas a famílias pobres) (PCP), que baixa à 11.^a

Comissão, 137/X — Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro (com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2002, de 21 de Agosto) (PSD), que baixa à 2.ª Comissão, 138/X — Revoga as taxas moderadoras (PCP), que baixa à 10.ª Comissão, 139/X — Estabelece as normas sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade condicionada no meio urbano e edificado (PSD), que baixa à 7.ª Comissão, 140/X — Diagnóstico genético pré-implantação e intervenções na linha germinativa, que baixa à 10.ª Comissão (BE) e 141/X — Regula as aplicações médicas da procriação assistida (BE); projecto de deliberação n.º 5/X — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR); e projectos de resolução n.ºs 52/X — Recomenda ao Governo a revogação do Decreto-Lei n.º 18/2005, de 18 de Janeiro, substituindo este diploma por um outro que garanta a independência e a isenção dos serviços regionais de finanças da Região Autónoma da Madeira e que impeça a manipulação dos direitos dos trabalhadores (BE) e 53/X — Suspensão do processo de privatização dos Cartórios Notariais (PCP).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Continuando o período de antes da ordem do dia, informo que se inscreveram vários Srs. Deputados para proferirem declarações políticas, que, de acordo com o Regulamento da Comissão Permanente, terão a duração máxima de seis minutos, facto para o qual peço a vossa atenção.

Tem a palavra, para uma primeira declaração política, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Um putativo candidato socialista ao cargo de Presidente da República decidiu dar uma grande entrevista. Nela, para justificar a sua dimensão «presidenciável», quis aparecer aos olhos dos portugueses com uma aura suprapartidária, opinando livremente em diversas frentes.

Tudo seria muito normal, como é óbvio, não fosse uma circunstância muito particular: a de que este putativo candidato «presidenciável» é simultaneamente um membro do Governo do Partido Socialista.

E a liberdade opinativa do candidato «presidenciável» tem neste caso um custo: o das consequências da crítica ao Governo que integra.

Ontem mesmo, perante as reacções à antecipação das declarações, o Ministro Freitas do Amaral, tentando controlar danos, afirmou que o jornal em causa teria feito uma manipulação indecente e que as declarações estariam descontextualizadas.

Mas, em boa verdade, publicada na íntegra a entrevista e inserida assim a antecipação no devido contexto, as declarações mostram-se ainda mais graves.

Numa única entrevista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal consegue revelar o pior dos entendimentos sobre as funções presidenciais, afastar-se do apoio expresso a um candidato que não o próprio, criticar fortemente o Governo que integra, recusar o apoio expresso ao presidente de um dos nossos maiores países aliados e dar do País, ao mundo, a pior das imagens.

Das funções e das competências de um Presidente da República, assume o Sr. Ministro o impensável.

Referindo-se a uma eventual candidatura do Prof. Cavaco Silva, invoca o grande risco para o País porque (cito) «se trata de uma pessoa de uma área política muito diferente e, portanto, é natural que não fosse propriamente um amigo do Governo PS.»...

Ou seja, para o Prof. Freitas do Amaral, um Presidente da República não tem uma dimensão representativa de todos os portugueses, dos que nele votam e dos que tenham manifestado diferente opção. Para o Prof. Freitas do Amaral, um Presidente da República terá, isso sim, de ser um amigo do Governo do Partido Socialista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Perceba-se, então, imediatamente, o que seria de Portugal com o Prof. Freitas do Amaral como Presidente da República, a par de um governo não socialista que, pela evolução da conjuntura política, se afigura até como cada vez mais provável a breve prazo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Provável em relação ao Governo, subentenda-se, porque quanto à possibilidade presidencial do Prof. Freitas do Amaral só a consideramos, como compreenderão, para efeitos de raciocínio.

Portugal teria no Prof. Freitas do Amaral, usando da sua expressão, alguém que não seria «propriamente amigo de um governo não socialista»... Só que isto é exactamente o contrário do que os portugueses devem querer de um Presidente da República, e num candidato que o CDS-PP apoie verão certamente muito mais!

A eventual candidatura do Prof. Freitas do Amaral será assim a candidatura de quem se proponha representar todos os socialistas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Já o CDS apoiará apenas o candidato que se proponha ser o presidente de todos os portugueses, independentemente do Governo que os portugueses queiram eleger em qualquer momento.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, na crítica ao PS e ao Governo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros é ainda mais expressivo. Na crítica ao PS porque este partido ainda não foi capaz de demonstrar o apoio a qualquer candidato às eleições presidenciais e sobre isto é claro: ou revela falta de interesse para o cargo, e é mau para o sistema político, ou revela excesso de táctica, e é mau para a democracia.

Já na crítica ao Governo de que faz parte, não percebendo sequer o óbvio, porque o Ministro dos Negócios Estrangeiros está convencido de que o desagrado popular não seria tão intenso se o Governo tivesse sabido explicar suficientemente a inevitabilidade da subida de impostos.

Mas o que já vai sendo tempo de entender pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Governo socialista de Portugal é que a razão do desagrado popular, mais do que justificada pela subida dos impostos, encontra razão de ser na falta de cumprimento da palavra dada. É porque o Partido Socialista e o Engº Sócrates convenceram os portugueses e obtiveram a primeira maioria absoluta da sua história na base de promessas garantidas de sinal completamente oposto às opções governativas e à falta de respeito pela palavra tão claramente dada não há estratégia de comunicação ou de *marketing* político que lhe valha.

Mais extraordinário até é que o Ministro dos Negócios Estrangeiros considere que o presidente de um partido em campanha eleitoral, propondo-se ser primeiro-ministro, não deva, pura e simplesmente, fazer declarações sobre matéria de impostos, como se os portugueses que votam não tivessem o direito e não quisessem saber se, na política fiscal definida pelo candidato, deverão pagar os mesmos, mais, ou menos impostos; como se as matérias de economia e finanças não fossem áreas nobres de qualquer governação e sobre elas, e os impostos em particular, alguém pudesse ser eleito na base do silêncio.

É claro que o silêncio sempre seria melhor do que a mentira, mas aceitável mesmo só a governação conforme os compromissos. E esta é a única regra que não admite excepção, por muito que agora fosse conveniente para o Partido Socialista.

Mas deixo para o fim a pior marca de tão infeliz momento do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, e consequentemente, do Governo: a marca de um Ministro dos Negócios Estrangeiros *sui generis*, que, depois de criticar o Governo que integra, maldiz o seu próprio País e é incapaz de ter uma palavra de apoio para o Presidente de um dos nossos maiores aliados.

Sobre o Presidente dos Estados Unidos da América, instado expressamente na entrevista, foi incapaz de ter uma palavra de apreço. «Não se pede aos 25 ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia que digam o que pensam» — afirma.

Dos insultos do passado ao Presidente George Bush, evoluiu assim agora para uma conveniente ausência de opinião.

Só que do Presidente norte-americano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português tem de afirmar uma opinião, tem mesmo de afirmar opinião porque a ausência dela, vinda de quem vem, e pelos precedentes conhecidos, tem o pior dos significados.

Sendo que nos outros países da União Europeia muitas foram, de resto, as opiniões abonatórias proferidas pelos seus congéneres.

Mas sobre o País, sobre o nosso país, sobre Portugal, é que não se comprehende o que pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros foi dito. Afirma o Prof. Freitas do Amaral: «Eu acho que Portugal, em matéria de corrupção, não pode dar lições a nenhum outro país do mundo. Infelizmente.».

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito grave!

O Orador: — Como se isto fosse verdade e como se, vinda de um Ministro, mais ainda de um Ministro dos Negócios Estrangeiros, fosse tolerável a afirmação!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — De um Ministro dos Negócios Estrangeiros é suposto esperar-se palavras de apreço pelo País, afirmações do que o beneficia, do que o promove.

Mas, neste caso concreto, ao comparar a corrupção do nosso país à de todos os outros — porquanto se afirma que, em matéria de corrupção, Portugal não pode dar lições a qualquer outro país do mundo —, vai o Ministro dos Negócios Estrangeiros para além de tudo o que estávamos à espera, porque Portugal pode mesmo dar lições nesta matéria a grande parte dos restantes países do mundo!

Não seremos porventura o primeiro dos exemplos, mas somos, com toda a certeza, melhores do que a maior parte, com todos os nossos defeitos e com todas as nossas virtudes.

Para que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo saibam, porque manifestamente não sabem, de acordo com o Relatório Global sobre Corrupção relativo a 2005, Portugal está classificado no

27.º lugar de um *ranking* de 146 países.

Por isso, Portugal está considerado menos corrupto do que a maior parte dos países do mundo, tendo assim, ao contrário do que pensa o Ministro dos Negócios Estrangeiros, muitas, mas mesmo muitas lições a dar!

Sr. Presidente, termino dizendo que hoje ficámos a conhecer a opinião do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre Portugal, mas também ficámos com a certeza de que Portugal merece um titular da pasta que o tenha o País em muito melhor conta.

Agora é tempo para saber o que pensa o Primeiro-Ministro, porque, perante a dimensão e a gravidade do que foi dito, o Primeiro-Ministro não pode simplesmente ficar calado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Tem de dizer se concorda ou se discorda com o Ministro que escolheu. Se concorda fica solidário e co-responsável com o que foi dito; se discorda, terá de ser consequente. E aí o caminho só poderá ser um. Pense o Primeiro-Ministro no interesse nacional e tenha a necessária coragem!

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há meia dúzia de anos, ao tempo do Primeiro-Ministro António Guterres, era lugar comum dizer-se que o governo era um conjunto de ministros que costumavam encontrar-se às quintas-feiras de manhã. Trocavam cumprimentos, talvez sorrisos — pelo menos nos primeiros tempos de governação — e, depois de um par de horas de amena cavaqueira, lá ia cada um à sua vida.

Todos nos lembramos desta história e, mais importante, todos sentimos ainda hoje as consequências nefastas que essa governação, sem rumo nem autoridade, legou ao País.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Não apoiado!

O **Orador**: — No novo ciclo de governação que hoje vivemos, resultado da clara escolha dos portugueses em Fevereiro último, desde o princípio que se nota uma forte preocupação, em termos de *marketing* político, de afirmar a autoridade e a coragem do novo Primeiro-Ministro. Preocupação tão omnipresente quanto caricata se nos lembrarmos, Srs. Deputados, por exemplo, do recente episódio da inusitada bajulação ao Chefe do Governo, aqui exibida pelo número dois da equipa, em nome do colectivo, no encerramento do debate do estado da Nação.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Um episódio pungente, mas ridículo, que, por momentos, transformou este Hemiciclo num sketch mais próprio do programa *Contra-Informação*. O ponto é que o episódio se passou mesmo, nesta Câmara, e é em si revelador de um estado de necessidade.

Como todos sabemos, é quando se sente a fragilidade da liderança que mais se torna necessário apregoá-la!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E por mais cortinas de fumo que sejam lançadas, por maior que seja o enlevo com que alguma comunicação social tenta «levar este Governo e o Primeiro-Ministro ao colo», começa a ser impossível disfarçar, por muito mais tempo, a descoordenação e a desautorização que, minando a autoridade do Primeiro-Ministro, vêm minando a credibilidade e a estabilidade das políticas deste Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Os factos estão na frente de quem os quiser ver. Não são, como alguns teimam, questões menores ou pouco relevantes, porque pretensamente já habituais. Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados! Não é questão menor o Primeiro-Ministro apresentar, com pompa e circunstância, um megaprograma de investimentos «absolutamente fundamentais e estratégicos» para o País, de acordo com as suas palavras, e, meia dúzia de dias depois, o Ministro de Estado e das Finanças entender oportuno assinar um artigo de opinião em que questiona as opções do Primeiro-Ministro.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Pois foi!

O Orador: — Um artigo em que o Dr. Campos e Cunha claramente se distancia do entusiasmo do Primeiro-Ministro,...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Claramente!

O Orador: — ... lança duros e avisados, diria eu, recados para o seu chefe e para os seus colegas de Governo, e depois vem à Assembleia da República onde, «preto no branco», «tira o tapete» às peremptórias afirmações do Primeiro-Ministro de que o projecto a ou o b são para avançar de imediato.

No que ao Ministro de Estado e das Finanças diz respeito, sabemos agora, depois da audição parlamentar, que a decisão de avançar com certas obras é só no plano dos estudos e dos projectos.

Ficamos esclarecidos! Perplexos com a ousadia do Ministro de Estado e das Finanças, mas esclarecidos.

Como também não é questão menor o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, depois de vários outros episódios de discordância ou mesmo de oposição para com orientações do Primeiro-Ministro, achar que a sua crítica ao que fez de mal o Primeiro-Ministro ou ao que vai mal na política do Governo é para ser anunciada em entrevista de jornal em vez de ser discutida, interna e construtivamente, no Conselho de Ministros.

Risos do PSD.

Bem pode o outro Ministro de Estado, o Dr. António Costa, tentar dar expressão ao orgulho e à admiração, dele e dos seus pares, pela determinada e corajosa liderança do Eng.º Sócrates...!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Tem dias!

O Orador: — Bem pode o Primeiro-Ministro iludir-se e atirar as culpas para cima da oposição ou de uma qualquer maquinácia mediática para vender jornais.

O problema é que a descoordenação e a desautorização do Primeiro-Ministro estão à vista de todos, não incidem sobre questões menores e dão uma péssima imagem de desgovernação deste Governo.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E logo em orientações estratégicas para o desenvolvimento.

Em matérias centrais da política económica é impensável esta desarticulação. Não pode o Primeiro-Ministro lançar publicamente o Programa de Investimentos em Infra-Estruturas Prioritárias (PIIP) e o Ministro das Finanças escrever nos jornais e vir à Assembleia da República dizer que, afinal, trata-se tão-só do «programa de investimentos em infra-estruturas prováveis».

O Ministro das Finanças pode ter toda a razão do mundo — e, do nosso ponto de vista, como há muito o vimos dizendo, indiscutivelmente até terá — só que essa razão tem de ser esgrimida dentro do Governo e compete-lhe a ele, Ministro das Finanças, fazê-la prevalecer em sede de Conselho de Ministros antes do anúncio público das decisões e dos programas pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Recados e desautorizações do Primeiro-Ministro *a posteriori* são incompreensíveis, revelando um des-norte que não aproveita a ninguém e que, seguramente, prejudica seguramente o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação que está a ser criada pelo Governo gera uma insegurança e uma incerteza que são incomportáveis nas condições de dificuldade em que o País se encontra.

Mais do que nunca, são precisas políticas claras e coesão governativa para as executar.

Tudo isto é trabalho e responsabilidade de um Primeiro-Ministro. Não é a oposição que é responsável pelas indefinições e pela falta de coesão que começa a ser indisfarçável no centro do Governo, mas é em nome do interesse nacional que nos cabe denunciá-la!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, sinceramente, esperávamos melhor!

Vozes do PS: — Exactamente!

A declaração que fez não teve tema, nem teve assunto. Mas devo dizer que até compreendemos que V. Ex.^a neste momento tenha grandes dificuldades em falar em nome do seu partido, fruto das grandes trapalhadas que dentro dele existem.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — V. Ex.^a falou dos governos entre 1995 e 2001. Mas lembro-lhe que foi há um ano que o País ficou atónito ao ver as trapalhadas que existiram no governo que V. Ex.^a apoiou: desde logo na tomada de posse desse governo (todos nos lembramos da cena patética do Dr. Pedro Santana Lopes a passar folhas no discurso); desde logo no concurso de professores (falhanço total!); desde logo, também, na herança pesada de um défice de 6,8%.

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Aliás, foi devido a este défice de 6,8% que o Governo teve de tomar medidas duras para os portugueses.

Vozes do PSD: — Ah!...

O **Orador**: — Mas estamos aqui para falar do futuro e não para falar do passado. O vosso governo foi julgado há exactamente cinco meses, Sr. Deputado, tendo o vosso partido obtido nas eleições o pior resultado de sempre, fruto desse governo que VV. Ex.^{as} apoiaram.

Vamos, então, falar dessas medidas e do Governo.

Confrontado com uma situação extremamente difícil, o Governo teve de tomar medidas no mediato para corrigir o défice até ao fim do ano. Mas ao mesmo tempo fez o contrário do que VV. Ex.^{as} fizeram há três anos, uma vez que anunciou um pacote de medidas para, de novo, restaurar a confiança dos portugueses. Ora, são estas medidas que o Governo do Partido Socialista propôs e vai levar avante! Não há qualquer contradição no Governo.

Risos do PSD.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — E o Ministro das Finanças?

O **Orador**: — Temos um Governo unido, um Governo coeso, um Governo determinado a pôr, finalmente, Portugal na rota do crescimento, do progresso e do desenvolvimento.

Protestos do Deputado do PSD António Montalvão Machado.

É por isso que no pacote de medidas que referi existem disposições fundamentais, importantíssimas para restaurar a confiança, com vista ao crescimento da economia, o que não aconteceu durante os governos que V. Ex.^a apoiou.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mota Andrade, agradeço as questões que colocou.

O Sr. Deputado diz que o assunto que eu aqui trouxe não é assunto nem tema. Eu atrevo-me a dizer que o Sr. Deputado não lê jornais, não vê televisão, não ouve rádio,...

Vozes do PSD: — É verdade!

O **Orador**: — ... enfim, não acompanha sequer a actividade política!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Isso era o Prof. Cavaco!

O **Orador**: — Porque, com toda a franqueza, Sr. Deputado, há mais de quatro dias que de outra coisa não se fala!...

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado, ou chegou hoje do estrangeiro e veio directamente do aeroporto para aqui, ou então devo dizer que tem andado com a «cabeça enterrada na areia» e não olha para a realidade!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que, inclusive dentro do seu partido, as manifestações de nervosismo têm sido permanentes nos últimos dias relativamente a estas entrevistas, a estes artigos de opinião e à audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, ontem, aqui, na Assembleia, que foi transmitida em directo para o País inteiro e que toda a gente viu!

Pelos vistos, engano meu, nem toda a gente viu!... O Sr. Deputado Mota Andrade não viu, seguramente porque estava ocupado com outras coisas.

Mas devo dizer-lhe que, na sua bancada, alguém deve ter visto, com certeza. E se não puseram a falar qualquer dos Deputados que viram, foi seguramente porque não queriam que fossem dadas respostas às questões que aqui suscitei.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Pois é!

O Orador: — De resto, devo dizer que falei de «alhos» e que o Sr. Deputado tentou disfarçar com «bugalhos»!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É grave!

O Orador: — O Sr. Deputado não respondeu a rigorosamente nada do que aqui denunciei!

Protestos do Deputado do PS Mota Andrade.

Por exemplo, denunciei que havia descoordenação no Governo. Ora, quanto a isso, o Sr. Deputado disse rigorosamente nada!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É verdade!

O Orador: — E como quem cala consente, é porque evidentemente o senhor também reconhece que há descoordenação.

Denunciei também que houve uma atitude de desautorização clara do Sr. Primeiro-Ministro por parte do Sr. Ministro das Finanças, que já não é a primeira vez que acontece!...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É verdade!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Sobre isso «zero»!

O Orador: — Sobre isso o Sr. Deputado disse «nada». Ora, como quem cala consente, e em política o debate serve para isso mesmo, o Sr. Deputado, no fundo, acaba também por reconhecer que há aqui uma clara desautorização do Sr. Primeiro-Ministro por parte do Sr. Ministro das Finanças.

Além disso, Sr. Deputado, devo dizer que esperava da parte dos Srs. Deputados do Partido Socialista a defesa dos estudos e dos projectos que o Sr. Ministro das Finanças defendeu ontem na Comissão — com o vosso aplauso —, referindo que os mesmos deveriam ser levados a cabo antes de se avançar com qualquer investimento de monta em termos dos PIIIP, que ficamos sem saber se dizem respeito aos investimentos prioritários se aos «investimentos prováveis», porque o Sr. Primeiro-Ministro diz que são prioritários, mas o Sr. Ministro das Finanças diz que são «prováveis».

Por isso, já agora, gostava de saber qual a posição do Partido Socialista em relação a este ponto, porque foi uma impossibilidade perceber a vossa posição da sua resposta. Ficou, pelo menos da parte do seu silêncio, a confissão da incomodidade que resulta dessas desautorizações e dessas descoordenações, que começam a ser demasiado sucessivas para serem disfarçadas.

O que espero, enquanto português, é que o Governo retome rapidamente um rumo decente e que tenha uma liderança para que, de uma vez por todas, possam ser anunciados projecto, que, independentemente dos seus méritos ou dos seus resultados, sejam postos em prática com determinação, para que não haja este espectáculo triste, que tem acontecido na comunicação social e no Parlamento em audições parlamentares, de desautorizações e descoordenações dentro do Governo, nomeadamente entre Ministros de Estado e o Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Organizem-se!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, decididamente tem sido um caminho de vicissitudes aquele que afecta a aplicação prática do princípio constitucional da renovação dos titulares de cargos políticos. Tem sido um caminho longo e cheio de vicissitudes. Tem sido também um campo de férteis promessas, mas, até hoje, de nulas concretizações.

Durante anos clamámos por essa alteração. Entenderam várias maioria que não tinham suficiente respaldo constitucional. Entretanto, a Revisão Constitucional fez-se e há orientação e campo constitucional para leis de limitação de mandatos em cargos electivos. Mas, logo na primeira tentativa de concretização de consumação desse mesmo princípio — que, para além de constitucional, é um princípio republicano já aqui reclamado praticamente por todas as bancadas —, vemos que todas as intenções se estão a gorar.

Estamos em vésperas de eleições autárquicas, estamos mesmo sobre o acto final desta sessão legislativa, e, se até ao próximo dia 28 não houver uma lei para ser votada, em votação final global, assistiremos paulatinamente a que mais um mandato vai transcorrer sem que tenha emergido qualquer lei de limitação de mandatos.

Esta questão não pode ser deixada ao secretismo das conversações interpartidárias ou até à bulia de uma comissão. Terá de ser debatida aqui exactamente entre todos os responsáveis e os proponentes das várias iniciativas legislativas, que, atrevo-me a dizer, jazem na comissão, sem qualquer fim à vista e sem que o País seja esclarecido sobre se vai ou não ter uma lei de limitação de mandatos nas próximas eleições autárquicas.

É lamentável, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o Partido Social-Democrata não queira estender a limitação de mandatos a órgãos de governo regional, que não queira estender a limitação de mandatos ao cargo de Primeiro-Ministro. Mas essa é uma posição que obriga o PSD, que fica com o PSD e que, aliás, demonstra a sua intranquilidade na aplicação de uma lei de mandatos eleitorais.

Mas o PSD abriu-se à possibilidade (teve até iniciativa própria) de uma limitação de mandatos de cargos autárquicos. O Partido Socialista também, o Bloco de Esquerda também. Enfim, não se entende que quem quer «mais» não procure realizar «menos». Isso é que não se entende!

Portanto, sendo lamentável a posição do Partido Social Democrata, convirá que percebamos que as eleições para a Assembleia da República, se decorrerem no seu período normal, estão ainda longe; que as eleições para as assembleias legislativas de regiões autónomas estão ainda longe; e que aquilo que hoje pode ser um começo mais encurtado, mais tímido, possa vir a ter desenvolvimentos.

Mas o que o País não vai entender de maneira alguma é que, uns querendo «mais» outros querendo «ao lado», não haja nada para ninguém! Isto é que o País não vai entender seguramente!

Afinal de contas quem perde a credibilidade é este Parlamento e são todos aqueles que têm sido promotores de anúncios sucessivos de reformas do sistema político, que, de resto, não vêm a luz do dia porque acabam embargadas nas negociações interpartidárias dos dois principais partidos aqui representados.

Portanto, interpelo a Câmara, o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista: vamos ou não ter a limitação de mandatos para as eleições autárquicas, independentemente da contagem dos prazos, independentemente do facto de essa lei estar ou não correlacionada com a eleição para outros cargos? Será que vamos perder uma oportunidade e dar um prémio indevido aos «dinossauros» dos órgãos do poder local para mais um mandato não vir a ser descontado naquilo que entendemos ser uma lesão de cidadania, um corte em relação ao princípio da renovação dos titulares de cargos políticos?

É tempo de, aqui e agora, nos dizerem, Partido Socialista e Partido Social Democrata, se todo o debate que aqui foi feito, se a aprovação na generalidade de iniciativas legislativas, se o trabalho que «jaz» em Comissão terá algum efeito útil ou não. Caso contrário, o País entenderá (e creio não abusar desta interpretação) que tudo não passou de uma farsa, que tudo é uma comédia de pouca graciosidade e que no final teremos o dedo apontado a este Parlamento, à chamada classe política, porque ela, fazendo um processo de «passa culpas», deixa tudo em bolandas e fica descredibilizada perante o País e perante os eleitores.

Prémios e benefícios ao infractor, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é aquilo que este Parlamento não poderia fazer, mas é aquilo que, temo bem, esteja a preparar-se para fazer.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Castro.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, provavelmente V. Ex.^a não teve ainda hoje contacto com o seu colega Fernando Rosas.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Tive, tive!

O **Orador**: — Então se teve deve saber que há vários dias que essa lei está agendada para votação na 1.ª Comissão e que esta Comissão tem tido um trabalho diário das dez da manhã até às sete ou oito da tarde, tendo já aprovado diversas matérias e vai continuar a trabalhar. Portanto, as matérias não «jazem», como V. Ex.^a tentou insinuar.

O que sucedeu foi que hoje foi pedido um adiamento. Mas, com toda a probabilidade, amanhã poderá retomar-se a discussão da matéria de limitação de mandatos, e foi garantido na Comissão, por mim próprio e pelo Partido Socialista, que essa lei é para votar aqui no próximo dia 28.

Qual vai ser o resultado não sei! E não sei porque V. Ex.^a está contra qualquer acordo! Mas que vai ser votada vai! Vem da 1.ª Comissão para ser votada e cada qual vai assumir as suas responsabilidades!

Portanto, era bom que, ao tentar mandar floretes para o ar, para todos os lados, os enviasse para o sítio certo! Era também importante que tivesse em conta que os membros do Partido Socialista e o próprio Presidente da 1.ª Comissão disseram esta manhã que esta lei é para ser votada, aqui, no próximo dia 28!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, respondo directamente à questão que V. Ex.^a colocou.

Por parte do Partido Socialista não percebi muito bem se a resposta foi favorável ou não, mas por parte do Partido Social-Democrata respondo-lhe directamente: estamos disponíveis para dar o nosso voto para os dois terços necessários para imediatamente ser aprovada a limitação de mandatos dos autarcas. Assim o Partido Socialista tenha a visão de perceber que aquilo que é urgente e necessário, porque temos umas eleições pela frente daqui a três ou quatro meses, é a limitação de mandatos dos autarcas, não havendo ainda no horizonte temporal quaisquer eleições relativamente aos outros cargos políticos.

Portanto, tratando-se de uma lei para cuja aprovação é necessária uma maioria de dois terços e tendo nós consciência de que os votos do Partido Social-Democrata são cruciais, estamos na disposição de, publicamente, anunciar ao Partido Socialista, embora sendo outra a nossa posição relativamente às questões globais que achamos que deviam também ser aprovadas na reforma da legislação eleitoral autárquica, que votaremos favoravelmente, na semana que vem — o Partido Socialista que venha ao nosso encontro —, a limitação de mandatos dos autarcas, para entrar em vigor imediatamente, para abranger já o próximo acto eleitoral.

Fica aqui o nosso compromisso solene: caberá agora ao Partido Socialista juntar ou não os seus votos para se obter os dois terços necessários.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Osvaldo de Castro, nós estamos informados do que foi o debate na 1.ª Comissão, tendo havido até, com a objecção exclusiva do Bloco de Esquerda, um adiamento *sine die* do trabalho de especialidade.

Quando refiro e reitero — e não se trata de qualquer florete, porque não estamos aqui num combate de esgrima — que «jaz» na Comissão é porque entendo que está a jazer politicamente na Comissão e não para desconsiderar a capacidade da 1.ª Comissão e do seu Presidente. Trata-se de uma avaliação política daquilo que se prepara e que, aliás, V. Ex.^a confirma ao dizer que, no dia 28, cada um assumirá as suas responsabilidades.

Ora, como sabemos que se trata de uma lei que tem de ser aprovada por dois terços dos Deputados, ou há responsabilidades conjugadas ou não há. Portanto, podem ser, de facto, aqui votadas iniciativas legislativas e ao ponto disso nada, ou seja, nas eleições autárquicas não haverá limitação de mandatos. E esse é que é, verdadeiramente, o ponto! E esse ponto não é tranquilizante, porque quer o Partido Socialista quer o Partido Social-Democrata têm de assumir as suas responsabilidades.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Já assumi!

O **Orador**: — O Partido Social-Democrata disse aqui que está disposto, pelo menos ao nível das eleições autárquicas, a considerar a limitação de mandatos.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Já!

O **Orador**: — Mas, seja lá como for, como são o PS e o PSD os partidos que têm de consagrar esses dois terços,...

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Não sabe matemática?! Se o PSD vota a favor, quem é que falta?!

O **Orador**: — ... ambos os partidos serão penalizados por um fracasso. Não pensem os Srs. Deputados, quer do PSD quer do PS, que podem entrar num processo de passa culpas. Creio que o País já não «atura» isso, para usar uma linguagem muito comezinha.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — A nossa posição é claríssima! Estamos prontos para votar já!

O **Orador**: — Se a culpa foi do Partido Social Democrata, porque resistiu a que a lei de limitação de mandatos fosse aplicada a outros órgãos nacionais, ou se foi do Partido Socialista, que não quis «o menos» numa altura em que pretendia «o mais», isso será qualquer coisa que ficará nas minudências da análise do sistema político, mas não vai, realmente, trazer algo de novo, nem traz qualquer acúmulo positivo aos direitos de cidadania, ao escrutínio e à fiscalização dos eleitos.

Essa é uma responsabilidade política, que tem de ser aqui assumida. No dia 28 cá estaremos para ver quem e como assume a responsabilidade política.

Desde já vos digo que, se não houve qualquer acordo sobre limitação de mandatos para as autarquias locais, são os partidos centrais que tomaram essa responsabilidade que têm de ser objectivamente penalizados, mas é todo este Parlamento que fica descredibilizado, depois de todos os debates e da aprovação das iniciativas na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Estamos prontos», disse o Sr. Primeiro-Ministro, em Maio deste ano, na abertura da época dos fogos florestais. Mas, infelizmente, a realidade demonstra-nos agora, da forma mais dramática e com números catastróficos, como essa afirmação foi leviana e irresponsável, parecendo-nos que seria exigível da parte do Governo uma atitude mais séria e humilde face à abrasadora realidade dos fogos florestais no nosso país.

Um balanço pode e deve fazer-se desde já, e esse balanço é o de que não estamos prontos e que muito há ainda para fazer. Apesar dos investimentos feitos no combate, designadamente a nível de viaturas e equipamentos, e do esforço e abnegação dos nossos bombeiros, que se contam entre as principais vítimas directas dos incêndios, mercê da falta de equipamentos de protecção individual, e aos quais gostaríamos de prestar a nossa sincera homenagem, continua a faltar o fundamental, o inadiável que continua a ser adiado: a prevenção e o planeamento florestal.

Prevenção florestal que não passa apenas por mais meios de vigilância, humanos e tecnológicos, mas que passa, antes de mais nada, por termos uma floresta autoprotegida, uma floresta que se defenda a si própria dos incêndios, uma floresta planeada, em atenção às especificidades do nosso clima, dos nossos solos, dos recursos hídricos, das condições meteorológicas, dos ecossistemas, da flora e fauna nela existentes e da estrutura fundiária, porque uma floresta protegida é a primeira linha da frente do combate aos incêndios.

Infelizmente, os cerca de 30 000 ha já ardidos neste primeiro semestre — o valor mais elevado desde 2000 para o mesmo período —, com grandes zonas de floresta consumidas em áreas protegidas e com todo um património natural e humano ameaçado e destruído, não se devem apenas às particulares condições de seca severa e extrema que assola a quase totalidade do território continental nacional e às cada vez mais elevadas temperaturas e durante períodos de tempo cada vez mais longos que se fazem sentir no nosso país, fruto das alterações climáticas, condições estas, aliás, que podem bem deixar de ser, num futuro próximo ou imediato, condições excepcionais para passarem a ser o estado normal ou a regra em Portugal durante a maior parte dos meses do ano.

Infelizmente, podemos dizer que as condições para que todos os anos deflagrem tantos incêndios e de dimensões tão arrasadoras são, foram e continuam a ser criadas desde há longos anos a esta parte. Anos esses em que sucessivos governos do PS e PSD falharam redondamente em dar passos decisivos na questão da prevenção, como concluiu um relatório levado a cabo por peritos norte-americanos, que analisaram os incêndios de 2003.

Uma floresta prevenida, protegida e planeada é uma floresta mais rentável, mais sustentável e que custa menos dinheiro a proteger. E é forçoso reconhecer que os governos têm falhado sucessivamente ao não darem prioridade máxima e absoluta a esta questão.

Não basta vir nos períodos críticos, como já nos habituaram, anunciar planos, medidas e intenções avulsas, desgarradas e sem uma visão global do problema de médio e longo prazos; é preciso que o Estado assuma nas suas mãos, trabalhando em conjunto com a sociedade civil, designadamente com as associações de produtores florestais e com as autarquias, a responsabilidade de resolver a questão do cadastro florestal e a definição de regras claras a nível de política florestal e a implementação dessas mesmas políti-

cas, com metas e prazos bem definidos, não se limitando a «chutar a bola» para o lado dos parceiros privados e para datas inconclusivas a obtenção de resultados práticos, palpáveis e positivos.

O mesmo se pode dizer relativamente à resolução do gravíssimo problema do passivo ambiental dos resíduos radioactivos e das dezenas de minas de urânio abandonadas em 18 concelhos da região centro do País. A recente publicação de mais uma fase do Relatório MinUrar, que visa estudar os impactos na saúde provocados pelos resíduos de urânio das Minas da Urgeiriça, veio, apesar do tom cambaleante presente na apresentação dos seus resultados, entre o reconhecimento de impactos graves para a saúde daquelas populações e a simultânea tentativa de desdramatizar e menorizar as suas conclusões, confirmar na prática a existência de danos para a saúde decorrentes deste problema ambiental.

Apesar de serem perfeitamente compreensivas as reacções daqueles que prefeririam pensar que tudo está bem e que não existe, afinal, risco acrescido para a sua saúde, temendo ainda possíveis impactos económico-sociais negativos, entendemos que, face à responsabilidade do Estado português para com toda aquela região, pelo contributo que ela deu para a economia nacional e pelo pesado passivo que herdou, impõe-se conhecer toda a verdade, pelo que temos que dizer que o referido estudo, cuja proposta de realização partiu desta Assembleia, embora já tivesse sido pedido pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» há mais de uma semana, apesar de ter sido publicamente apresentado e noticiado na comunicação social, ainda não nos foi entregue.

Impõe-se conhecer toda a verdade, impõe-se continuidade no acompanhamento e no rastreio de problemas de saúde e impõe-se também, mais do que anunciar medidas tantas vezes já anteriormente anunciadas, como hoje de manhã voltou a acontecer no local pela voz dos Srs. Secretários de Estado da Indústria, Saúde e Ambiente, avançar rapidamente não só com o programa da requalificação ambiental mas também atender a todas as questões que têm ficado de fora desse programa, como seja a recuperação das habitações contaminadas que foram vendidas pela ENU aos trabalhadores ou a requalificação das oficinas de tratamento químico.

Entendemos ainda, no que toca a esta questão, que a posição do Governo deve ir mais além, procurando não só resolver o problema de poluição radioactiva e química existente e alargar o regime especial de protecção dos trabalhadores de fundo de mina mas também compensar as populações de forma positiva, através de investimentos, apoiando a comissão de moradores e a associação local, devolvendo-lhes o direito e a justa aspiração ao desenvolvimento e bem-estar na sua terra. É uma mera questão de justiça.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de entrar na matéria da minha declaração política, permito-me fazer aqui uma observação ao Sr. Deputado Luís Marques Guedes, porque estive ontem quatro horas na audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças na Comissão e não me recordo de ter ouvido aquilo que o Sr. Deputado diz que entendeu,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Deu na televisão!

O **Orador**: — ... porque, de facto, o que o Sr. Ministro frisou muito rigorosamente foi o seguinte: «São actos distintos. Uma coisa é decidir e anunciar politicamente um investimento e outra é aprovar e concretizar projecto ou projectos que devem e têm obrigação de ser devidamente avaliados e escrutinados pelo povo português». Foi isto que ele disse, o que é completamente diferente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É diferente do que disse o Primeiro-Ministro! «O maior cego é aquele que não vê»!...

O **Orador**: — Indo agora ao tema da minha declaração política, quero dizer que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado com um Programa de Governação que previa um conjunto de medidas de apoio à economia portuguesa, inscritas, aliás, numa linha global de prioridades fundamentais, que mereceram o apoio claro dos portugueses nas eleições de 20 de Fevereiro.

Recordo que, entre essas prioridades, estava definida a preocupação ambiciosa de promover a retoma acelerada da convergência do nosso país com os países mais ricos da Europa, o que implicava a realização de reformas estruturais que conferissem competitividade a Portugal — no Estado, na economia e na sociedade — e que, acima de tudo, permitissem criar riqueza.

Passados justamente cinco meses sobre a data das eleições, importa avaliar o que foi feito na área da economia, ou seja, o que de mais importante foi construído, o que foi aprovado, o que foi anunciado e o que entrará em vigor ainda este ano, e também julgar se essa actuação é convergente com o que se submeteu a escrutínio.

Começando pelo domínio do crescimento empresarial, em 10 e 11 de Julho foi apresentada a nova orientação estratégica do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), que procura redinamizar o Programa, afectando-lhe novos recursos financeiros e, assim relançar o investimento empresarial, e também alinhá-lo com os objectivos do plano tecnológico e da internacionalização, reforçando a competitividade das empresas e reabrindo o acesso às empresas e entidades da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que estavam privadas disso.

Como linhas gerais do Programa, identifico as seguintes:

Reforço dos meios financeiros num total de 1,5 milhões de euros de financiamento público, que induzirá 4,7 milhões de euros de investimento total para os próximos dois anos, em que se incluem recursos públicos disponíveis para investimento nestes dois anos de 1,5 milhões de euros e mais 0,5 milhões de euros para capital de risco, o que totaliza 2 milhões de euros;

Orientação do investimento para as áreas de maior competitividade, a saber, mais de metade para investigação e desenvolvimento, inovação e internacionalização, 30% para diversificação e eficiência energética e cerca de 14% para formação e criação de parcerias e actividades de suporte à actividade económica;

Criação de condições objectivas para desbloquear projectos e para permitir a concretização de investimentos que estavam encalhados;

Preocupações de inovação e modernização que são garantidas pelo imediato lançamento de concursos de selecção de propostas em domínios prioritários, como é o caso do *cluster* eólico, o empreendedorismo de base tecnológica, entre outros, mas também por introdução de selectividade na escolha dos investimentos, como, por exemplo, nos produtos turísticos estratégicos ou no desenvolvimento das PME e no seu acesso à economia digital;

Uma especial referência ao programa específico de orientação das empresas portuguesas para Espanha, incluindo uma rede de suporte aos empresários portugueses em algumas autonomias e acesso a linhas de capital de risco.

No domínio da energia, gostava de dizer o seguinte: o consumo de energia eléctrica tem manifestado, de forma continuada, taxas de crescimento muito elevadas, na ordem dos 5 a 6% ao ano, cujas projecções fazem prever acréscimo de oferta dos meios de produção, uma forte dependência externa — 86% da energia primária, em 2004, foi importada — e um saldo importador de 3800 milhões de euros, sendo que a energia importada representou, em 2004, 11% das nossas importações globais.

Como se recordam, a Directiva Comunitária das Energias Renováveis, em Setembro de 2001, definia valores imperativos de produção, a partir de fontes renováveis, extremamente exigentes. Essas exigências tiveram pronta reacção do XIV Governo, com a criação do Programa E4 (Energias Endógenas e Economia de Energia), que previa que a energia eólica pudesse crescer até um nível de 3500 MW até 2010.

O então governo produziu um pacote legislativo sobre a temática energética, tornando mais transparente o processo de atribuição de condições de ligação à rede e abriu uma interessante oportunidade para promotores privados se manifestarem investindo. O que estava em causa era também criar condições para que Portugal cumprisse a referida Directiva e também os compromissos do Protocolo de Kioto.

Porém, o Governo do PSD não cuidou do processo de atribuição em concreto dessas licenças com o rigor exigido e não monitorizou politicamente esse processo, o que deu origem a uma especulação na transacção dos títulos de licença, que roçou o escandaloso.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Essas licenças chegaram a ser vendidas a 300 000 euros por MW. Tendo sido concedidos cerca de 2500 MW, isto significa que foram postos no mercado valores de direitos na ordem dos 750 milhões de euros,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir, porque o tempo concedido em reunião de Comissão Permanente para uma declaração política é de 6 minutos.

O **Orador**: — ... sem que qualquer contrapartida tenha sido colhida quer para o Estado — e teria dado jeito para o défice — quer para melhorar a incorporação nacional na fabricação dos equipamentos de geração.

Pois bem, o actual Governo entendeu que deveria regressar a uma actuação coerente que integrasse valores energéticos, ambientais, industriais, regionais e de inovação.

Assim, anunciou, há três dias apenas, o lançamento de um concurso para novos 2000 MW, que correspondem a 3700 milhões de euros de investimento potencial privado, mais o investimento nas instalações industriais de equipamento associado a esse projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para três meses de governação, temos de convir que representa uma actuação lúcida e um esforço significativo, mas também e, sobretudo, uma acção coerente entre o que se disse que se ia fazer e o que efectivamente se fez.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É certo que, há dois dias, o Governo anunciou — obviamente com a habitual pompa e circunstância e em repetição parcial da mega-apresentação dos 25 000 milhões de euros em investimentos eventuais até 2009 — um concurso para licenciar 1700 MW de energia eólica.

Mas é também certo que a aposta nacional nas energias renováveis foi sendo sistematicamente adiada, ano após ano, por responsabilidade política e incapacidade concretizadora dos últimos governos.

E, por isso, o País continua profundamente dependente do petróleo, cuja factura, sempre crescente, pesa sobretudo sobre os portugueses de menores recursos e sobre a frágil e cada vez mais dependente economia nacional.

É certo que o Governo anuncia agora um novo concurso de 1700 MW, mas é bom que não se esqueça, e se recorde, que em Portugal há menos de 800 MW operacionais em energia eólica, como acabou de dizer o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz, e que continuam sem concretizar, sem explicações reais e convincentes, mais outros 2500 MW já licenciados há muitos anos.

Como é bom que também se recorde a indefinição política hoje quanto a apostas diversas dentro das chamadas energias renováveis, especialmente no sector hidroeléctrico, nas suas mais diversas componentes, cujas capacidades e potencialidades permanecem sem aproveitamento.

Hoje, no entanto, o que apetece mais sublinhar do ponto de vista político, especialmente no contexto de mais um anúncio governamental, é a indefinição global que permanece quanto ao futuro modelo do sector energético em Portugal e respectivas consequências na estrutura empresarial existente.

Não obstante outros anúncios, designadamente do titular da pasta da Economia, que havia prometido decisões para o final do mês de Junho; não obstante algumas fugas de informação que indicavam decisões para o Conselho de Ministros da passada semana; não obstante todo um conjunto de informações contraditórias e de mais que evidentes manobras de bastidores, a verdade é que permanece sem definição clara o modelo institucional e empresarial do sector energético em Portugal.

Enquanto isto, há empresas estratégicas que continuam a ser penalizadas por esta indefinição, como é o caso da GALP, novamente envolvida nos jogos de interesses privados dos grandes grupos que, no passado, como certamente agora, aparecem apostados em tomar de assalto o seu controlo accionista para mais facilmente colocar a empresa ao serviço das suas estratégias de grupo, mesmo que isso signifique, como no passado, a menorização, quando não o total desprezo, dos interesses essenciais da economia nacional.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — É bom que hoje se recorde aqui que a venda de uma posição accionista da então Petrogal à ENI foi considerada na Assembleia da República, por unanimidade, como uma operação que tinha afectado o interesse nacional. E é sobretudo importante recordar quando parecem ser de novo esses investidores os escolhidos pelo actual Governo, que, em vez de arrepia caminho e emendar a mão das opções do PSD/CDS, insiste na mesma via privatizadora, para assumirem novas posições de compra, esquecendo também e de todo os resultados afixados de um concurso público, sobretudo, e especialmente, porque algumas das empresas e dos investidores individuais, agora recuperados de uma forma privada ou privativa, perderam esse concurso!

O que foi, no passado recente, uma operação que afectou o interesse nacional não pode ser recuperada, seja a que título for, mesmo que alguns dos protagonistas desempenhem hoje funções igualmente determinantes na definição das orientações políticas do actual Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — É igualmente fundamental recordar, hoje, que as conclusões do referido Inquérito Parlamentar definiam como essencial a permanência dos interesses do Estado na GALP e a necessidade de assegurar o funcionamento da empresa, assente na mudança, na modernização e na eficiência das suas duas refinarias, em Sines e em Leça da Palmeira.

E neste capítulo há muito por decidir, há muito por concretizar, e é urgente uma clarificação das estratégias empresariais, sobretudo dos investimentos fundamentais que a empresa e o Estado terão de fazer para garantir o funcionamento das refinarias, a respectiva rentabilização e, assim, responder a todas as dúvidas — mesmo às mais veladas — que o Relatório da Estrutura de Missão formulou quanto à viabilidade futura da unidade de Matosinhos.

Quisemos e continuamos a querer ouvir os responsáveis da GALP e o Ministro da Economia sobre este tema; quisemos e queremos ouvir aquele que foi o presidente do Grupo da Estrutura de Missão e é hoje Presidente do Conselho de Administração da GALP; quisemos e queremos continuar a discutir o futuro da

GALP — porque, ao contrário de outros (que a história recente provou serem verdadeiros «cavalo de Tróia» de interesses privados externos, visando a destruição da GALP e a eliminação de mais um concorrente), para quem a GALP só foi, e, pelos vistos, continuará a ser, uma empresa estratégica na medida em que lhes permitiu contratar e negociar ordenados principescos, indemnizações milionárias e reformas escandalosas, equivalentes a dezenas de anos, obtidas, desde logo, desde o primeiro dia de trabalho, para nós, PCP, a GALP é uma peça estratégica essencial na economia nacional, que importa defender e preservar na esfera de influência determinante do Estado português.

Aplausos do PCP:

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Honório Novo e, de facto, gostava de recordar-lhe que o Sr. Ministro da Economia anunciou que tem prevista, para muito breve (eminente, não sei se mesmo hoje, no Conselho de Ministros), a aprovação de um novo modelo energético para o País que, justamente, complementa e reforça as orientações que acabei de referir, sublinhando a urgência e a necessidade de implementar as medidas para a economia da energia e para o seu uso eficiente.

Mas também lhe recordo — porque sei que o Sr. Deputado é sensível a isto — que justamente estas medidas na área energética têm um largo alcance de natureza territorial, ou seja, a energia (os recursos renováveis) encontra-se distribuída em todo o País; que este investimento é feito de uma forma dispersa; e que a manutenção desse parque produtivo, disposto por todo o País, representa umas centenas de postos de trabalho novos com uma fortíssima exigência tecnológica.

Mas, para além disto, aquilo que também sublinhei foi que a actuação do Governo tem obedecido a uma visão estratégica e a uma coerência que não vi reconhecidas na sua intervenção, Sr. Deputado Honório Novo. Recordo-lhe, nomeadamente, que já foram aprovadas, ou tramitadas no Parlamento, outras medidas com impacto para a economia, nomeadamente a recriação do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial; a autorização da distribuição, fora das farmácias, de medicamentos que não necessitam de receita médica; a reposição da autonomia administrativa e financeira aos Laboratórios do Estado; a criação de uma Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (que foi aprovada há dois ou três dias também em Conselho de Ministros).

Quero, pois, perguntar-lhe se o Sr. Deputado Honório Novo não entende que estas são medidas convergentes com uma linha de actuação estratégica do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Braga da Cruz, começo por agradecer-lhe a sua questão e recordar-lhe o que acabo de enunciar na minha declaração política: nesta, comecei por referir, em nome do PCP, que a aposta nas energias renováveis é uma aposta que peca por tardia. E o anúncio que foi feito há dois dias, se quer que lhe diga, apenas revela uma necessidade mais mediática do que uma necessidade concretizadora...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Luís Braga da Cruz.

O **Orador**: — ... e vou dizer-lhe porquê: porque, precisamente há 10 dias, antes desse anúncio, tinha sido feito um anúncio com igual pompa e circunstância, também com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, destinado a anunciar investimentos eventuais até 2009, dos quais, um dos mais assinalados do ponto de vista mediático, logo aí, na altura, foi precisamente o investimento nas energias renováveis.

Parece-me, enfim..., uma atitude «pastosa» — desculpe-me a expressão... — de, utilizando a técnica do *chiklet*,...

Protestos do PS.

... «fazer render o peixe»...

Risos do PCP.

... e de 10 dias depois vir novamente para os *media* anunciar parcialmente aquilo que já tinha sido anunciado 10 dias antes.

Mas, do ponto de vista do conteúdo, a questão não é essa: a questão é que, de facto, foram anunciados 1700 MW de energia eólica, de que o País precisa, que esperamos que venham a ser concretizados, como os 2500 MW que foram licenciados há cinco ou seis anos e que permanecem sem concretização. E isto é que o País perde! Esperemos, pois, que este anúncio, agora, não se concretize só na próxima década, mas que tenha uma concretização ainda nesta Legislatura e que seja concretizado juntamente com os 2500 MW que foram licenciados há seis anos e que continuam no ar sem ninguém os ver!

Mas a questão que estava a colocar é uma outra, Sr. Deputado Luís Braga da Cruz: o Sr. Ministro da Economia anunciou, para final de Junho, a definição do modelo institucional do sector energético em Portugal — não o fez! Depois, disse que seria no dia 14 de Julho — também não foi! E continuamos numa indefinição que compromete não só todo o sector energético como muitas das melhores empresas que este País tem, designadamente — e porque a chamei à colação — a GALP.

Enquanto esta indefinição permanece, o que se verifica é que há interesses corporativos, interesses de grupos privados — que esta Assembleia condenou no passado, por unanimidade, como fazendo algo de operações contra o interesse nacional — que estão a movimentar-se «como peixe na água» e que estão a comprometer aquilo que pode vir a ser uma estratégia do sector energético nacional com uma visão de futuro e com uma visão, de facto, nacional, não submetida a interesses estrangeiros ou a interesses de multinacionais.

Isto é que é essencial e foi esta a questão política que coloquei aqui, hoje, mas que o Sr. Deputado não quis debater comigo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 10 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar ao debate, requerido pelo PSD, sobre a grave crise de falta de água que o País presentemente atravessa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva.

O Sr. **Jorge Moreira da Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Volvidos quase três meses desde o debate de urgência realizado neste Parlamento, por iniciativa do PSD, relativamente às consequências da seca, insistimos neste ponto — o de que Portugal vive uma situação de calamidade pública. Todas as avaliações que não assumam a gravidade da situação a este nível revelam ou cinismo ou autismo político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E a situação é, hoje, ainda mais grave — como era, infelizmente, previsível — do que a de há três meses.

A seca que assola Portugal é, quanto à área afectada, a mais grave das últimas décadas. E, se há três meses, tínhamos 63% do território em situação de seca severa ou extrema, esse valor é hoje de 100% do território continental. Este fenómeno climático está a afectar de forma séria, por um lado, o sector agrícola e agro-pecuário e, por outro, o abastecimento público de água a algumas povoações, sendo que os dados do INE, de hoje mesmo, apontam para a possibilidade de uma quebra na produção de cereais que pode atingir mesmo os 70%.

O PSD está de consciência tranquila. Na sequência da visita realizada, em Abril, pelo Presidente do PSD às áreas mais afectadas, solicitámos um debate de urgência, que aqui se realizou no dia 4 de Maio. Nesse debate, denunciámos a insuficiência da acção do Governo no domínio da minimização dos riscos e formulámos um conjunto de propostas relativas à prevenção de futuras situações de seca.

No plano do relacionamento com Bruxelas, dissemos que o Governo manifestava um inaceitável conformismo face às parcas ajudas autorizadas pela Comissão Europeia; dissemos que o Governo tinha o dever de desencadear todas as iniciativas políticas, junto do Conselho e da Comissão, que convocassem a solidariedade europeia quando ela é mais necessária; dissemos que o Governo português tinha a obrigação de insistir na elegibilidade da seca no Fundo de Solidariedade Europeu, nem que para isso fosse necessário encetar um processo de revisão do Regulamento desse Fundo.

Três meses depois, nada mudou. O Governo português mantém-se numa atitude de conformismo face a Bruxelas. Passou mesmo pela vergonha de ouvir o Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento

Europeu afirmar, na passada semana, que as zonas afectadas assumiam um carácter de catástrofe natural, que Bruxelas tinha a obrigação de ajudar financeiramente Portugal, que para situações excepcionais Bruxelas tinha de desencadear medidas excepcionais e que o Governo já deveria ter declarado a situação de calamidade.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Isto é, disse precisamente o mesmo que o PSD vinha afirmando há três meses e que o Sr. Ministro acusou de ignorância. Confesso, aliás, que nos parece cada vez mais notória a dificuldade do Sr. Ministro em abandonar o «fato» de ex-funcionário da Comissão Europeia...

Vozes do PSD: — Ainda não o tirou!

O **Orador**: — ... e vestir o «fato» de membro do Governo de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Há três meses, também tivemos oportunidade de denunciar a insuficiência de acção no plano interno. Dissemos que o Governo estava errado em concentrar-se exclusivamente na abertura de linhas de crédito (endividando ainda mais os agricultores) e que deveria avançar com ajudas directas nacionais e prestações a fundo perdido aos agricultores mais afectados e em situação mais carenciada,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... dando, aliás, sequência às ajudas, deliberadas pelo anterior governo, no montante de 20 milhões de euros. Dissemos que era fundamental que as ajudas chegassem em tempo útil, evitando que a burocracia agravasse ainda mais a situação. E dissemos que o Governo se estava a atrasar na declaração de calamidade para as zonas mais afectadas, tão fundamental para a operacionalização em tempo útil das compensações aos agricultores e para a imprescindível negociação com Bruxelas.

Três meses depois, a burocracia tomou conta das linhas de crédito,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — ... as ajudas directas não surgiram,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — ... a declaração de calamidade não foi emitida por manifesta teimosia e queixam-se os agricultores que o Governo se prepara para entregar à indústria das rações os cereais de intervenção provenientes da Hungria.

Há três meses, exigimos que o Governo estimasse os custos das consequências da seca (com vista à negociação com Bruxelas) e que desencadeasse uma grande campanha nacional de apelo à utilização racional da água.

Três meses depois, continuamos a não saber oficialmente os prejuízos e a campanha para uso racional da água vai iniciar-se agora que as barragens estão em baixo.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Tarde e a más horas!

O **Orador**: — Há três meses, propusemos políticas públicas com vista a mitigar os efeitos da seca, no futuro. Apresentámos um projecto de lei-quadro da água; exigimos a conclusão do quadro de políticas relativas às alterações climáticas, que estavam prontas para aprovação no primeiro trimestre de 2005, como o sistema de compras públicas ecológicas e o fundo português do carbono; propusemos a criação de um sistema nacional de monitorização regular da qualidade física e química do solo.

Três meses depois, relativamente a estas matérias, o Governo limitou-se a apresentar uma lei da água e que divide em três a iniciativa legislativa de lei-quadro que o PSD já apresentado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal atravessa, hoje, uma situação de calamidade pública que convoca a acção nacional e a solidariedade europeia. Infelizmente, o Governo parece ser a única entidade neste país a não ter verdadeira noção dos efeitos devastadores da seca. Revela alheamento, conformismo e défice de solidariedade. Vai pelo mau caminho!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** (Jaime Silva) — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: Não há muito tempo, no passado dia 12 de Julho, tive ocasião de comparecer nesta Assembleia da República, mais precisamente na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, para dar conta aos Srs. Deputados do trabalho que o Governo tem feito em matéria de seca e, nessa altura, tive ocasião de informar os Srs. Deputados, no quadro das negociações e da sensibilização da Comissão Europeia, a vinda a Portugal, amanhã mesmo, da Comissária Europeia responsável pela agricultura, a Sr.^a Marianne Fischer Boel.

Ora, esse convite foi precedido do pedido do PSD no sentido de o Governo comparecer na Assembleia para dar conta das medidas que tomou (e que já tinha explicado a esta Assembleia) e levantar dúvidas sobre o empenho do Governo nesta matéria.

Como, em política, não há coincidências,...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Por acaso, até era!

O **Orador**: — ... o Governo quer deixar claro que, sendo grave a situação de seca, ela deveria ser tratada no quadro nacional como uma questão nacional e não ser objecto de marcações de agenda na véspera de chegar de Bruxelas a Sr.^a Comissária, que, logo no primeiro ou no segundo dia da tomada de posse deste Governo, foi sensibilizada para este problema, o que, até então, nunca tinha acontecido. A Comissão descobriu a seca no dia da tomada de posse deste Governo.

Protestos do PSD.

Mas digo-lhe mais, Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva — e devo notar que não o interrompi enquanto fazia a sua intervenção: o dinheiro que o senhor anunciou e que foi decidido pelo seu governo foi dinheiro que não legalizado em Bruxelas, foi dinheiro distribuído sem critério, ou seja, foi distribuído aos agricultores que precisavam e aos agricultores que não precisavam. Como referiu, foram 20 milhões de euros distribuídos não só para culturas que não tiveram qualquer problema, como as culturas do Vale do Tejo, mas também a agricultores que, de facto, dele precisavam. Tivesse havido critério e, hoje, a situação era menos grave nas regiões onde, de facto, há problemas sérios! Isto porque o Governo reconhece que há problemas sérios e lembra que os 20 milhões de euros pagos pelo governo anterior foram retirados das medidas veterinárias, não foram orçamentados.

Assim, o actual Governo teve de resolver a legalidade da distribuição de ajudas do Estado com Bruxelas, pedir a Bruxelas um reforço de apoios — que foram dados — e na passada segunda-feira, no Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas da União Europeia, avisar Bruxelas de que o problema era grave e que continuava a agravar-se.

Mas o Governo, no quadro do rigor orçamental em que vivemos, tem a obrigação de fazer a avaliação exacta das quebras de produção, e elas são nos cereais. E seria bom que se lessem os relatórios até ao fim. É que o relatório do INE, além de referir uma coisa muito importante, que é a quebra de produção, que pode ultrapassar os 69% nos cereais, também refere, mais à frente, que essa quebra de produção não é alheia ao desligamento das ajudas da produção, introduzido pelo seu governo. Lembro-lhe que um ministro do seu governo anunciou, anos a fio, enquanto estava na oposição, que o desligamento das ajudas da produção...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Fale do presente, não fale do passado!

O **Orador**: — Oiça, Sr. Deputado, oiça, porque é o futuro da agricultura portuguesa que está em causa.

As ajudas desligadas da produção levaram a que hoje a quebra de produção no trigo rijo se deva à não sementeira. Tome nota: não sementeira!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E o que é que isso tem a ver com a seca?!

O **Orador**: — Mas, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, que está tão excitado, tome nota de mais uma coisa: a quebra de produção nos cereais, de 69%, traduz-se, simplesmente, numa quebra máxima de rendimentos, nos cereais, de 35%. Faça as contas, que eu também lhas envio.

Protestos do PSD.

Depois de o Governo ter feito os cálculos, Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva, o Governo disse aos Srs. Agricultores — e aqui há uma grande diferença entre os senhores e as federações e confederações

dos agricultores,...

Vozes do PSD: — Pois há, pois há!

O Orador: — ... que é a dignidade com que um assunto sério se trata —,...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Isso vai sair-lhe caro!

O Orador: — ... uma coisa muito simples: as medidas que adoptou eram tão más que uma delas é um sucesso. Os 50 milhões de euros para alimentação animal já vão em 56 milhões e o Governo não fechou a linha de crédito.

Mais, Srs. Deputados: o Governo vai adaptar as medidas, justamente porque, relativamente à outra, que foi pedida pelos Srs. Agricultores, dizem-nos agora que, afinal, no caso dos citrinos, não se justifica. Por isso, vamos adaptar a medida para atingir outras culturas.

Estamos, pois, Srs. Deputados, em Julho e a cultura de cereais é, de facto, a mais afectada, sendo hoje quantificável. Mas o relatório do INE, que invocou, referia, ontem, que nos outros sectores não há quebras de produção tão acentuadas, ou seja, há mesmo sectores onde a situação é de aumento de produção, como é o caso de algumas frutas que já foram colhidas. Quanto às frutas que ainda falta colher, uma coisa que não faço, e os agricultores também não estão a fazê-lo, é a avaliação das quebras, porque a avaliação das quebras faz-se no momento da colheita.

Hoje, o sector da vinha, segundo o INE, está numa situação estável, tudo vai depender dos meses de Agosto e Setembro; no olival, sucede a mesma coisa; e os preços dos ovos são, hoje, idênticos aos do ano passado.

Com isto, Srs. Deputados, o que quero dizer é que o Governo continua a acompanhar os detalhes e o Governo sabe uma coisa: as negociações com Bruxelas fazem-se com dados objectivos e não com potenciais quebras de produção.

O Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva falou no Regulamento do Fundo de Solidariedade Europeu. Já referi, e volto a referi-lo, que o Regulamento, tal como está — e a Comissão já o disse a um ministro e a um Estado-membro, por escrito —, não se aplica a situações de seca. Este Governo já disse, em Bruxelas, que quer a revisão do Regulamento para incluir a seca. Mais: já me comprometi com os Srs. Agricultores no sentido de que o regime de seguros mude, e mude para incluir quebras de rendimento pela seca. Os Srs. Deputados estiveram no governo e podiam tê-lo feito mas não o fizeram. Nós temos esse compromisso e vamos fazê-lo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, amanhã chega a Sr.^a Comissária e vou mostrar-lhe a seca. Mas, como a seca é um problema estrutural, não é deste ano, ele acontece progressivamente em períodos mais curtos, o Governo tem os olhos no futuro. E se vou mostrar a seca à Sr.^a Comissária, vou também falar-lhe no futuro da agricultura portuguesa, o qual se resolve com medidas estruturais, como o Plano Nacional de Regadios, que os senhores ignoraram durante três anos.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — E ignoraram-no em sectores importantes, que têm seca severa e extrema. Refiro-me às pequenas barragens do Alentejo, que não tiveram prioridade mas vão tê-la. Já anunciei que Veiros vai ser financiada, já fomos à Cova da Beira, que também tem seca severa e extrema, anunciar que vamos concluir o projecto em 2009, já fomos ao Vale da Vilariça, em Trás-os-Montes, que também tem seca severa e extrema, dizer que o plano de rega é para começar e acabar.

Ou seja, Srs. Deputados, se hoje o Governo continua a encarar medidas complementares para combater a seca deste ano — vem aí o cereal de intervenção —, o Governo tem os olhos no futuro...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Tem os olhos fechados!

O Orador: — ... e quer acreditar que a Sr.^a Comissária será sensível e saberá dizer aos portugueses o que é necessário para que a agricultura portuguesa se mantenha, para que aquele desligamento total, que foi decidido pelo governo anterior, não leve os portugueses a considerar que os subsídios são para não produzir.

Não se esqueçam de que foi decidido, no quadro da reforma, que as ajudas iriam ser pagas desligadas da produção, ou seja, ninguém era obrigado a produzir ou, pior ainda, as culturas alternativas estavam interditadas nas regiões onde está a ser feito o regadio. O que vou dizer à Sr.^a Comissária é que a reforma decidida em 2003 não teve em atenção a especificidade da agricultura portuguesa. O governo anterior congratulou-se mas eu lamento que o governo anterior tenha aceite dar ajudas desligadas da produção...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Só fala no governo anterior! É uma fixação!

O **Orador**: — ... e tenha aceite interditar as hortofrutícolas na região que vai ter o regadio, sendo que, por isso, hoje, no quadro da reforma, esse regadio não pode ser usado nas hortofrutícolas. É isto que vou mostrar à Sr.^a Comissária, particularmente no Alentejo.

O que digo aos Srs. Deputados, e disse-o às confederações que vão acompanhar a Sr.^a Comissária, é que temos de resolver o problema da seca mas temos de dar uma visão de futuro e temos de dizer aos portugueses que a agricultura merece os subsídios que tem, porque vai traduzi-los em riqueza nacional, apesar de os senhores terem apoiado uma reforma que não dá alternativa. O Governo vai negociar com Bruxelas as alternativas que hoje são proibidas com o voto do governo anterior.

A mensagem que quero que a Comissão leve é a de que temos de mudar aquilo que resultou de mau da reforma anterior, temos de pensar e dar futuro à agricultura portuguesa.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, não é com satisfação que hoje constatamos a justeza de muitas das observações que tivemos oportunidade de fazer já quer neste Plenário, quer na reunião que tivemos com o Sr. Ministro, no quadro da Subcomissão de Agricultura. E tivemos oportunidade de chamar a atenção para duas coisas distintas: uma, naturalmente, tem a ver com as medidas específicas para minimizar as consequências da seca; outra, é relacionada com medidas estruturantes para podermos enfrentar, com alguma tranquilidade, as secas que, como todos sabemos, são frequentes em climas como o nosso.

No entanto, temos referido — e gostava de o sublinhar — o carácter excepcional da seca que estamos a atravessar. Não se trata de uma seca como outra qualquer e é preciso sublinhá-lo, porque creio ser desse sublinhado que podem derivar as consequências de que necessitamos no que diz respeito a ajudas à agricultura portuguesa.

Há 50 anos, 60 anos, há mesmo quem fale em 300 anos, que não se vive, no nosso país, uma seca com a dimensão desta que nos está a atingir. E, naturalmente, se é verdade que os regulamentos comunitários — não vou agora discutir se bem ou mal — consagram a ideia de que, em situações de seca, e estamos a falar de seca normal, não são consideradas reunidas as condições para que se possam accionar os fundos de solidariedade da União Europeia, creio que o que todos nós, no Parlamento, no Governo, no Parlamento Europeu, na sociedade portuguesa, precisamos de fazer é ganhar a opinião pública e as instituições para a compreensão de que, perante uma situação excepcional, é efectivamente necessário tomar medidas excepcionais quer no plano nacional, quer no plano da Comunidade Europeia.

Chamámos à atenção de que vivíamos um momento particular, na medida em que tínhamos os agricultores de vários países solidários com os agricultores portugueses — este era um elemento, à partida, importante —, vivíamos um momento de uma certa unidade a nível do Parlamento Europeu, como agora, aliás, se veio a confirmar com a vinda do Sr. Presidente a Portugal, que nos veio dizer exactamente que uma situação excepcional está a ser vivida no nosso país e que, naturalmente, se impõe o esgotar dos mecanismos de excepção nacionais para que possamos aspirar, com toda a legitimidade, a reivindicar, com mais força, com mais fundamentação, a utilização dos mecanismos excepcionais que a própria Comunidade consagra. E é este o problema de fundo.

Pensamos que poderia ter sido bom — e oxalá isso tivesse acontecido! — termos decretado a calamidade pública, quando colocámos na mesa essa possibilidade, e termos, no dia seguinte, chuva em abundância que nos permitisse dizer «afinal de contas, este desiderato deixou de se justificar, e ainda bem para todos». Não foi isso que se verificou, não é isso que se verifica e nós consideramos que, na verdade, temos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, uma vez que já esgotou o tempo de que dispunha para pedir esclarecimentos.

O **Orador**: — Então, Sr. Presidente, se me dá licença, formulo apenas a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. É que, para pedir esclarecimentos, dispõe de 3 minutos mas, a seguir, poderá fazer uma intervenção, aliás, está inscrito para esse efeito.

O **Orador**: — Então, Sr. Presidente, pergunto apenas ao Sr. Ministro o que será necessário acontecer mais para podermos desencadear em Portugal o estado de calamidade — qualquer dia uma catástrofe, pois já começa a utilizar-se este conceito — e aspirar a intervir no sentido de conseguir a solidariedade europeia para a situação que vivemos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O que é preciso é mudar de Ministro!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Soeiro, devo dizer-lhe que partilho o essencial da sua intervenção. E partilho o essencial da sua intervenção, por uma razão muito simples: ela evoca, face a uma situação grave, a necessidade de uma unidade e análise comum do País perante a Comissão Europeia.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Quem diria?!

O **Orador**: — Respondo-lhe aquilo que já disse várias vezes: não excluo a questão da calamidade, se entender que isso resolve o problema da negociação de Bruxelas. Mas, até hoje, Bruxelas já respondeu em sentido negativo a um Estado-membro que tem um problema idêntico ao nosso.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Então, tem medo?!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Deputado, continuo a fazer aquilo que disse que faria o Sr. Deputado do Parlamento Europeu.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Então, tem medo?!

O **Orador**: — Não tenho medo e muito menos dos debates na Assembleia da República!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Enerva-se com muita facilidade, Sr. Ministro! Vai durar pouco tempo!

O **Orador**: — Aquilo que o Sr. Presidente do Comité de Agricultura do Parlamento Europeu disse teve ocasião de me dizer a mim, em primeira mão. Ele reuniu comigo, no dia em que visitou Portugal, às 9 horas, e chegámos ao seguinte consenso: a calamidade, face a Bruxelas, tem uma exigência importantíssima, que é a de ser calculado e demonstrado que existe, para várias culturas, um impacto financeiro superior a uma certa percentagem do PIB. E o Sr. Presidente do Comité de Agricultura tinha uma informação que alguns Deputados, nesta Sala, não têm, e que é uma informação muito simples e própria dos especialistas: hoje, pode avaliar-se o impacto nos cereais mas na vinha, no olival, na hortofruticultura só poderá avaliar-se em Setembro.

Por isso, Sr. Deputado, posso garantir-lhe que, até Setembro, o Governo, com a Comissão Europeia e com o Parlamento Europeu, que tem mostrado inequívoco apoio e solidariedade aos agricultores portugueses, não deixará de obter e de tentar obter de Bruxelas mais apoios para os agricultores portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não se entende por que é que o Governo não repete a iniciativa de outro Estado-membro da União Europeia, que solicitou e lhe foi negado. Bom, afi, de duas umas: ou há uma atitude política ou há uma atitude seguramente muito competente mas meramente burocrática. Ou seja, nós não queremos arriscar uma rejeição — à semelhança do que outro Estado-membro já teve —, esse não será um procedimento muito cultivado, porque alguém poderá dizer que se desconhece aquilo que vai sendo a «jurisprudência» da União Europeia, mas é uma atitude política e a somar-se à de outro Estado-membro.

É certo que já pedimos a revisão do Regulamento para que o Fundo de Solidariedade da União Europeia venha a contemplar estas situações, mas do que se precisa neste momento é de actos políticos...

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — É de pressão política!

O **Orador**: — ... e de não ter receio algum, porque isso não tem quaisquer consequências, de que nos rejeitem.

Temos de debater politicamente o que é a solidariedade interestados-membros da União Europeia, porque esse é eminentemente um problema da política europeia. Aliás, nestas circunstâncias, e não diminuindo o papel do Sr. Ministro, a pergunta que acorre é esta: onde anda o Sr. Primeiro-Ministro? É que se trata de um problema nacional duro, difícil e grave e ainda não o ouvimos comunicar ao País sobre ele.

De resto, Srs. Deputados, poderíamos debater esta questão numa outra vertente, embora o Sr. Ministro

do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional não esteja presente.

A campanha de poupança de água não tem tido efeitos. É necessário que o País se aperceba efectivamente da gravidade da situação e de todas as suas consequências, não apenas na agricultura e nas produções imediatas mas também nos aquíferos e não só. Realmente, esta é uma situação bastante difícil e grave, que precisaria, sem dúvida alguma, de uma intervenção política muito maior.

Era necessário que o Sr. Primeiro-Ministro, que o Governo como um todo, até porque tem o apoio comum das bancadas de todas as forças políticas e sociais, erguesse a sua voz no âmbito da União Europeia, muito mais do que preparar a visita da Sr.^a Comissária, que «vai comigo ver a seca ao Alentejo».

Vozes do PSD: — Exactamente!

O **Orador**: — Não desconsiderando as palavras do Sr. Ministro que, como acabámos de perceber, não tem medo de debates políticos, muito menos na Assembleia da República!...

Portanto, se assim é, não se percebe por que não há uma elevação da iniciativa política no âmbito da União Europeia, e não só.

Sr. Ministro, é claro que todos já percebemos que, independentemente da tecnicidade, estamos numa situação de calamidade pública. Também não vale a pena regressar a esse debate, pois ele já foi aqui alvo de vários esclarecimentos e contra-esclarecimentos e o Sr. Ministro, provavelmente, terá toda a razão do ponto de vista dos apoios que pode mobilizar com ou sem a declaração de calamidade. Porém, na verdade, a questão está em assumir politicamente que estamos no âmbito de uma calamidade pública.

Ou seja, este debate pode ter, de facto, interesse, não para duvidar das opiniões do Sr. Ministro sobre o momento exacto em que são feitas as medições dos impactos da seca em período de colheita, da veracidade das estatísticas ou dos procedimentos no âmbito da União Europeia, pois possivelmente — e quem sou eu para duvidar — tudo isso estará perfeitíssimo, mas porque o que falta realmente ao Governo é uma intervenção política e falar claro aos portugueses sobre as expectativas que nos estão reservadas por estes fenómenos climatéricos, que são, de facto, bastante más e negativas.

Desse ponto de vista, Sr. Ministro — desculpe que lhe diga —, não nos tranquilizou nada, porque, na verdade, ficamos à espera daquilo que a Sr.^a Comissária nos vier a dizer posteriormente.

Em breve, teremos um debate em comissão sobre a seca. E vamos assim, de debate em debate, com um Ministro da Agricultura agastado, fazendo um jogo de pingue-pongue com o PSD, com «o governo deles», «com o nosso», com «as coisas erradas que eles fizeram e que nós não fazemos».

Só pergunto, Sr. Ministro da Agricultura, o que é que isso tem que ver com a seca.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação de seca que se vive em Portugal é grave. Tivemos oportunidade de visitar as zonas mais afectadas, não podendo ninguém ficar indiferente àquilo que vimos.

De qualquer modo, é bom ater-nos ao conjunto de medidas que o Governo já tomou nesta matéria. Desconhece a oposição, naturalmente, que já foram tomadas 20 medidas para fazer face ao problema da seca...

Vozes do PSD: — Então, está resolvida!

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Se, com 20 medidas, este Governo não resolve o problema, há uma grande incapacidade!

O **Orador**: — ... e que as mesmas significam, no Orçamento do Estado, 38 milhões de euros.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Baixou! Eram 40 milhões de euros!

O **Orador**: — Julgo que é bom termos todos a noção do que é que estamos a falar. Há uma reivindicação da oposição no sentido de se accionar o fundo de calamidade, mas é necessário ver qual é o efeito que isso pode ter na agricultura portuguesa.

Foram criadas três linhas de crédito: uma delas para apoio à alimentação animal (de resto, o Sr. Ministro acabou de informar sobre o êxito que essa linha teve) e outras duas linhas, que serão readaptadas no sentido de melhorar a sua eficácia. Estas três linhas significam 125 milhões de euros de apoios aos agricultores e 10 milhões de euros do Orçamento do Estado.

A isenção do pagamento à segurança social para as pequenas e médias explorações portuguesas, que abrange cerca de 300 000 explorações, significa para o Orçamento do Estado 12 milhões de euros.

A transferência de 200 000 t de cereais de intervenção representa para o Orçamento do Estado 2 milhões de euros.

Também ao nível dos programas comunitários a funcionar em Portugal, teve o Governo uma actuação,

do nosso ponto de vista, adequada e rigorosa.

Srs. Deputados, deixem-me dar-vos alguns exemplos: o pastoreio nas áreas de *set-aside*; a possibilidade de duplicação do encabeçamento nas indemnizações compensatórias; a não penalização por substituição dos direitos das vacas aleitantes; o enquadramento, nas medidas agro-ambientais, do rompimento dos compromissos assumidos pelos agricultores; e, finalmente, a antecipação do pagamento único.

Srs. Deputados, vou reter-me apenas nos dois últimos aspectos que referi, ou seja, por um lado, o enquadramento ao nível das medidas agro-ambientais e, por outro lado, a antecipação do pagamento único aos agricultores.

No que concerne à antecipação do pagamento único aos agricultores, os principais afectados, que, como sabem, são os produtores de cereais, de pastagens e de forragens, podem receber antecipadamente, a partir de 15 de Outubro, 250 milhões de euros de pagamento único e de ajudas ligadas. Sabem os Srs. Deputados quantos agricultores vão beneficiar dessa antecipação? 187 000 agricultores.

Nestas culturas, as quatro medidas agro-ambientais revistas e adaptadas pelo Governo para que os agricultores pudessem não cumprir os seus compromissos e continuar a receber as ajudas representam 10 milhões de euros de pagamentos para 600 000 ha e 10 500 beneficiários. Os números são importantes, Srs. Deputados. É importante termos a noção dos números para depois, então, discutirmos a questão da declaração de estado de calamidade em Portugal.

É preciso dizer que, no que respeita aos agricultores que beneficiam da antecipação do pagamento único e das medidas agro-ambientais, estas duas medidas significam cerca de 67% dos seus rendimentos. O que quer isto dizer, Srs. Deputados? Quer dizer que, independentemente de se colher ou não aquilo que foi semeado, de se cumprir ou não os compromissos que têm para com o Estado português e para com a Comunidade, estes agricultores têm assegurado 67% dos seus rendimentos.

Portanto, é bom termos noção exacta das regras que existem em termos da Comunidade e dos compromissos que os agricultores têm para com o Estado português e para com a Comunidade Europeia...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — ... antes de pedirmos aquilo que, do nosso ponto de vista, não tem a eficácia que os Srs. Deputados aqui parecem querer demonstrar.

Vou agora entrar na questão da declaração de estado de calamidade pública por parte do Governo.

Srs. Deputados, não sei se sabem que só beneficiam do fundo de calamidade os agricultores que para ele descontam. Isto é, se accionarmos o fundo de calamidade em Portugal vão dele beneficiar apenas 5000 agricultores.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — «Apenas»!

O **Orador:** — Dos 380 000 agricultores, apenas 5000 iriam beneficiar!

Ora bem, reconheço que alguma direita possa colocar esta como uma questão essencial, porque os 5000 agricultores que vão essencialmente beneficiar destes apoios são os grandes agricultores portugueses.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Exacto!

O **Orador:** — Já tenho alguma dúvida sobre a posição de alguma esquerda relativamente à questão do fundo de calamidade.

E quero dizer-vos mais, Srs. Deputados: o fundo de calamidade, neste momento, tem apenas 2 milhões de euros disponíveis do Orçamento do Estado. Portanto, em nossa opinião, não há, de facto, eficácia na tomada de decisão de declaração do estado de calamidade.

É evidente que somos sensíveis à questão do pedido a Bruxelas relativamente ao Fundo de Solidariedade. E não temos dúvida nenhuma de que o Sr. Ministro, até porque é experimentado em matéria de negociação em fóruns europeus, utilizará toda a margem de manobra que tem para conseguir para Portugal a decisão que queremos venha a ser tida relativamente à questão da seca e da sua integração no Fundo de Solidariedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Gostaria, ainda, de aproveitar esta oportunidade para, muito rapidamente, introduzir uma questão que julgo essencial, que se prende com a luta contra a desertificação. De facto, o Sr. Ministro trouxe-nos aqui, para além das preocupações conjunturais, uma das suas grandes preocupações em termos estruturais — o plano nacional de regadio.

De qualquer maneira, Sr. Ministro, gostaria de aproveitar a oportunidade para lhe dizer que é defensável que a desertificação seja considerada como um problema específico dos países do sul e que se reclame

um programa europeu para a luta contra a desertificação. Esta é uma questão séria e que tem que ver com problemas tão importantes como, por exemplo, a estabilidade dos montados, a prevenção dos incêndios, a recarga dos aquíferos, a erosão dos solos e a sua futura produtividade.

Srs. Deputados, como mensagem final, gostaria de dizer que acreditamos que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Sr. Ministro e pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas merece a confiança do Partido Socialista.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por referir que a invocação do estado de calamidade é uma necessidade para o momento que vivemos e que pouco tem a ver com a ideia de defender os interesses dos grandes, dos pequenos ou dos médios agricultores. A nossa preocupação é a defesa da agricultura portuguesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Em segundo lugar, penso que é uma evidência — e se eu estiver errado, naturalmente, alguém o explicará — que as palavras do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu são verdadeiras (ou não), quando considera que para se desbloquear as verbas de Bruxelas terá de ser considerado que vivemos uma situação excepcional e que seria necessário que Portugal declarasse o estado de calamidade para ter acesso a esses fundos. Esta é que é a questão política central.

A questão não está em saber se o facto de se declarar o estado de calamidade vai beneficiar 200, 300, 400 ou 500 agricultores. O problema é que não podemos beneficiar os restantes com a solidariedade internacional sem que este passo seja dado, segundo dizem os representantes da União Europeia. Se isto for falso, então, retiro o que digo; se for verdadeiro, então, penso que temos estado a atrasar-nos. Creio que não será necessário, porque seria absurdo, que seja Bruxelas, amanhã, a decidir aquilo que todos sabemos, que todos reconhecemos e que está à vista de toda a gente: solidariedade excepcional para uma situação excepcional, repito. Não vivemos apenas um período de seca.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Tem toda a razão!

O **Orador**: — A segunda questão que gostaria de colocar à consideração da Assembleia tem a ver com aquilo que se impõe fazer. Naturalmente todos nos congratularemos com a antecipação da construção das infra-estruturas de Alqueva, que há muito podiam, e deviam, estar concluídas; naturalmente todos nos congratularemos se o regadio da Cova da Beira se concluir, como há muito tempo devia estar concluído; naturalmente todos nos congratularemos se Odelouca for por diante, se Vilarinho for por diante, assim como tantas e tantas barragens que já foram referidas aqui e que aguardam decisão governamental.

Este plano de construção de barragens como forma estratégica de captar água não apenas para o regadio mas também para o abastecimento público é importante, pois é uma evidência que a água se torna, cada vez mais, uma questão central para assegurar qualquer processo de desenvolvimento sustentável e, sobretudo, para garantir respostas a problemas que são cada vez mais prementes nesta área, principalmente o dos consumos, já que a água é finita.

Aquando do debate aqui feito sobre esta matéria, levantámos a possibilidade de, em conjunto com os agricultores e com as estruturas desconcentradas do Governo existentes em cada região, avançar com medidas de carácter excepcional para uma situação que se pode verificar... Não é para as barragens estruturantes, porque para essas temos de ter um plano, temos de dar prioridades e temos de avançar com a sua construção. Penso que, hoje, isso é uma evidência para todos. O problema que se coloca é o de que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já esgotou o tempo do seu partido.

O **Orador**: — Vou acabar, Sr. Presidente.

Como dizia, o problema que se coloca é o de que podemos ter um ciclo de seca por diante e há pequenas barragens e pequenas albufeiras que podem e devem ser construídas de imediato em zonas estratégicas. Para isso avançámos aqui com a ideia da mobilização, inclusivamente, da engenharia militar que, juntamente com outros meios, poderia ser susceptível de mobilização no imediato. Isto é, caso chovesse durante três dias este ano, a água que caísse fosse aproveitada, sob risco de ficarmos perante uma situação de catástrofe e de dramatismo muito maior do que aquela que vivemos.

Esperamos que, nesta matéria, haja bom senso, até porque não fazemos disto uma questão política, de «ganho eu» ou «ganhas tu». Fazemos disto uma batalha em que ganhamos todos se conseguirmos este objectivo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por uma quase defesa da honra de um anterior governo, tendo em conta a injustiça das palavras recentes do Sr. Ministro da Agricultura. É que, quando, sobre esta matéria, se reportasse aos membros de anteriores governos, desde logo ao Sr. Ministro Sevinato Pinto, devia fazer o reconhecimento de uma excepcionalidade pouco vista nos últimos anos. Recordo, a propósito, por exemplo, a moratória para a entrada em Portugal dos barcos de pesca espanhóis ou o que se conseguiu a propósito da quota leiteira e do excesso de produção de leite nos Açores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Foram medidas louvadas por todos e, como se recordará, foram tomadas pelo Ministro da Agricultura do anterior governo. Seja V. Ex.^a capaz de fazer o equivalente e certamente que, no final da Legislatura, poderá dizer que tem o dever cumprido.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É verdade!

O **Orador**: — Até lá, a única coisa que faz é cometer uma profunda injustiça!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Quanto à seca, Portugal vive, de facto, uma das piores das últimas décadas. As imagens da NASA demonstram-no e as imagens captadas pelo satélite Aqua, numa comparação de Portugal em Fevereiro de 2004 e em Fevereiro de 2005, mostram um Portugal verde em Fevereiro de 2004 e um Portugal castanho em Fevereiro de 2005. De resto, aí também se lê que a seca tem tido efeitos devastadores na agricultura e que o passado mês de Janeiro foi o mais seco dos últimos 100 anos.

Perante tudo isto, a verdade é que o Governo não existe e V. Ex.^a, Sr. Ministro da Agricultura, não tem sido mais do que um mero gestor de situações normais. Só que V. Ex.^a, numa situação que é de verdadeira excepcionalidade, deveria ser capaz de trazer para o País medidas excepcionais. Mas não. Não o tem feito, porque V. Ex.^a não só teve como prioridade primeira suspender medidas importantes para os nossos agricultores, principalmente para os mais carenciados, como não foi capaz de desencadear as outras que estariam ao seu alcance.

Recordo-lhe que suspendeu o programa Agris — finalmente, agora reactivou-o, mas a verdade é que o suspendeu! — que, como sabe, estava previsto para a valorização do ambiente e do património rural. De resto, responsáveis federativos da agricultura, portanto, não foi qualquer Deputado mas, sim, responsáveis federativos da agricultura, lamentaram profundamente, nomeadamente porque se tratava do único programa que, desde a adesão à União Europeia, contemplava investimentos à agricultura.

Mas o Governo também não desencadeou, como lhe competia, outras medidas que estão ao seu alcance, de entre elas a fundamental, ou seja, a declaração da situação de calamidade. Há pouco, aqui, com estupefacção, um Sr. Deputado do Partido Socialista afirmar que esta medida só beneficiaria 5000 agricultores, como se 5000 agricultores fossem poucos e como se os agricultores fossem particularmente ricos em Portugal, independentemente daqueles que o sejam!... 5000 agricultores são muitos agricultores em Portugal, Sr. Deputado! E quando invocasse 5000 agricultores, muito bom seria que pudesse invocar também a área de produção pela qual esses 5000 agricultores são responsáveis. Porque isso também conta, principalmente quando se leva em consideração aquilo em que a declaração de calamidade pública implica. E implica muito. E mesmo que fosse só para esses implicaria muitíssimo.

Aquilo que o Sr. Deputado aqui demonstrou foi uma total falta de respeito por quem trabalha e numa actividade que é difícil em Portugal, em que todos os dias se sofre. E estou a referir-me a grandes e a pequenos agricultores, como muito bem sabe.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — A declaração de calamidade pública permite que os agricultores sejam compensados pelos sinistros provocados por riscos não passíveis de cobertura no âmbito do seguro de colheitas. Para que não haja dúvidas, vou ler o que se entende por calamidade agrícola de origem climática no site do Ministério da Agricultura e do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP), embora o sorriso do Sr. Ministro leve a parecer que não está muito interessado na conversa. O que se lê nesse site é que este fundo se destina «exclusivamente a compensar os agricultores

pelos sinistros provocados por riscos não passíveis de cobertura no âmbito do seguro de colheitas (...)» e depois diz que se entende por «calamidade agrícola de origem climatérica a ocorrência de fenómenos exclusivamente climáticos, de carácter excepcional, que provoquem uma quebra de produção generalizada das culturas, no mínimo de 50%, dela resultando uma acentuada perda de rendimento dos agricultores.» Se isto não abrange a seca, então, o que é que a abrange, Sr. Ministro da Agricultura? E se entende que estes agricultores são demasiado ricos para serem ajudados, diga-o também, porque se essa for a política do Governo, ou seja, a de que os agricultores ricos que paguem a crise ou dela não sejam protegidos, esse será um novo entendimento da política agrícola do Partido Socialista que, também por comparação com os governos anteriores, e desde logo com o Sr. Ministro Sevinato Pinto — porque é aquele que tenho como referência mais próxima —, deixa muitíssimo a desejar, Sr. Ministro. Aliás, relembo que são vários os casos em que produções sofreram quebras superiores a 50% (trigo mole, trigo duro, cevada, só para dar conta de alguns que têm sido noticiados).

Como também sabe, esta declaração de calamidade pública implica uma portaria conjunta de dois ministros, do Ministro das Finanças, é certo, mas também do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. E isto, de que V. Ex.^a não foi ainda capaz, qualquer um dos Ministros da Agricultura dos dois governos anteriores certamente já teria feito com toda a prontidão, quer o ex-Ministro Sevinato Pinto quer o ex-Ministro Costa Neves. Disso não tenha qualquer dúvida, Sr. Ministro.

A terminar quero dizer, porque o Governo está aqui representado não apenas no Sr. Ministro da Agricultura mas também, todo ele, no Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que falar de seca em Portugal implica falar também de fogos florestais e da capacidade do Governo na promoção de formas para o seu combate, começando pelo apoio aéreo. E aí, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tenho de lhe perguntar desde logo, porque não se comprehende — e, se assim entender, numa intervenção poderá esclarecer-nos —, por que é que os mesmos helicópteros agora contratados custaram ao Estado português mais 93% do que o que custaram no ano passado. São 7,4 milhões de euros contra 3,8 milhões de euros.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Seria bom que, nesta lógica de gestão, de rigor, de contenção de despesa pública, o Governo explicasse por que é que o anterior governo, o tal que era mau, conseguiu contratar os mesmos helicópteros por 3,8 milhões de contos e este, afinal, que é fortemente restritivo e controla muito bem a despesa, pelos mesmos helicópteros paga 7,4 milhões de euros. E já agora, Sr. Ministro, por que razão a contratação destes helicópteros só foi feita no momento em que foi feita? É que aquando o Governo decidiu esta contratação, já a época de fogos tinha começado há muito, já muitos incêndios tinham deflagrados. E muitos deles poderiam ter sido combatidos com eficácia se o Governo tivesse tido um cuidado que não teve.

É evidente — e com isto termo, até para marcar aqui a nossa diferença — que não culpamos o Governo pela ocorrência dos incêndios, mais ainda tendo em conta a seca que o País atravessa.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — E para não haver demagogia!

O **Orador**: — O que podemos é verificar das medidas tomadas para lembrar o passado, porque este é muitas vezes bom conselheiro.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Não temos memória curta e eu, que estive aqui em Agosto de 2003, numa comissão permanente realizada extraordinariamente, recordo-me bem do que, à data, o Partido Socialista disse. Quando no mês de Agosto de 2003, nessa comissão permanente, o então Ministro Figueiredo Lopes invocou características meteorológicas particulares — calores, ventos fortes, o comportamento errático dos fogos —, que compreensão teve do Partido Socialista?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Nenhuma!

O **Orador**: — Teve «zero» de compreensão. Fez o discurso mais demagógico e atribuiu ao governo todas as culpas, mesmo aquelas que só resultavam da existência de fenómenos naturais.

Dizia o Deputado Fernando Serrasqueiro: «Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Ministro da Administração Interna e fixei que o Sr. Ministro afirmou: 'estamos organizados para a campanha 2003'. Posso dizer-lhe, Sr. Ministro, que o que senti dessa organização foi mais fé em Deus e nas forças da natureza e menos na acção do Governo.»

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Este ano já ardeu mais!

O **Orador**: — Perceba hoje o Partido Socialista no Governo uma diferença fundamental nesta matéria: nós não os criticaremos se tiverem fé em Deus — penso que até que só lhes fica bem! — e, ao contrário do Partido Socialista quando na oposição, compreendemos muito bem as condicionantes das forças da natureza.

Saiba que também no mais estaremos aqui, nesta bancada, a colaborar com o Governo no que for possível para combater o flagelo que nos afecta a todos.

E também nessa comparação, Srs. Ministros, quando um dia, no futuro, lerem as actas do que hoje aqui foi dito e do que foi dito em Agosto de 2003, verão a grande diferença que existe entre quem trata questões de Estado com noção de Estado e quem as trata com demagogia e aproveitamento político.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

O Sr. **Presidente**: — A quem, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — A si, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — É para dizer que farei chegar a minha intervenção ao Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Já a ouvi!

O **Orador**: — ... para demonstrar que, de facto, não houve da minha parte qualquer desrespeito para com os 5000 agricultores que podem vir a beneficiar do Fundo de Calamidade. O que queremos dizer é que, de facto, o Governo tomou um conjunto de medidas muito abrangentes, que incluíram muito mais agricultores do que abrangeia o Fundo de Calamidade e que as oposições teimam em desvalorizar.

Portanto, repito, farei chegar a minha intervenção ao Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, mas todos a escutámos com a devida atenção.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, pede a palavra também para mandar a intervenção ao Presidente da Mesa?

Risos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para pedir a V. Ex.^a que, quando a intervenção for entregue, verifique se, de facto, a intervenção do Sr. Deputado estava escrita ou se, a dado passo, foi feita espontaneamente na base de tópicos que teria e que, assim sendo, não permitirá confirmar na íntegra o que o Sr. Deputado disse. Seja como for, a verificação poderá ser feita daqui a dias, através da leitura do registo da sessão.

Pena foi que não tivesse aproveitado esta oportunidade para esclarecer a Câmara sobre a área abrangida e as produções desses tal 5000 agricultores tão «ricos» e que, por isso, não merecem a ajuda do Governo. Talvez essa informação ajudasse a compreender melhor a razão de ser da calamidade pública e o que estava em causa nesta legislação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado por ambas as interpelações à Mesa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Gostaria de dizer, antes de mais, que, no entendimento do Partido Ecologista «Os Verdes», a questão da seca e da água é fundamental e ultrapassa em muito o âmbito da agricultura.

De facto, este debate, que está a centrar-se à volta das questões agrícolas — e temos aqui a presença do Sr. Ministro da Agricultura, que é também o responsável pelo sector das florestas —, deveria ser muito mais amplo. Se calhar, devia contar com a presença de outros Srs. Ministros, designadamente do Sr. Minis-

tro do Ambiente, porque não há actividade económica, não há factor de desenvolvimento que dispense a água. A água é um factor de vida, sem água não há vida e daí a sua tremenda importância.

Por isso mesmo, este debate devia ter outra seriedade e não se limitar a esta «troca de galhardetes» — passe a expressão — entre o Governo, o Partido Socialista e as bancadas da direita, entre quem é que fez melhor ou pior, entre quem está a acautelar melhor ou pior.

Queremos dizer que também para nós esta é uma situação excepcional, mas, no entender do Partido Ecologista «Os Verdes», corremos o risco de ela vir a tornar-se uma situação cada vez mais presente na nossa sociedade. Ninguém sabe quando esta seca irá acabar, se no próximo Inverno, se no próximo ano, como não sabemos — e é isso que tememos — se ela terá vindo para ficar. Isto porque, como é sabido, as alterações climáticas não se podem separar da discussão do tema da seca, tal como não se pode separar a questão dos incêndios e a das florestas, porque a diminuição da área florestal significa que há menor absorção de CO₂ e, por outro lado, os incêndios produzem mais CO₂ na atmosfera, CO₂ que vai contribuir para o efeito estufa e para as alterações climáticas. Portanto, temos aqui um ciclo vicioso extremamente grave e corremos o risco de não sair dele se a Humanidade — incluindo Portugal, naturalmente — não tomar medidas concretas que permitam inflectir este percurso.

De facto, não ouvi o Sr. Ministro referir-se às questões da floresta. Por exemplo, o Sr. Ministro nada disse sobre a reflorestação que se vai perder neste ano de seca, por não ser possível fazê-lo sem água; também nada disse sobre os planos regionais de ordenamento das florestas, e alguns deles, como o do Algarve, prevêem a continuidade da aposta no eucalipto, o que nos parece extremamente grave e preocupante. O Algarve é uma das regiões que, neste momento, está com maior erosão e com maior processo de desertificação e, como o Sr. Ministro sabe, o eucalipto é uma espécie que, para além de reduzir drasticamente os recursos hídricos no solo, acentua gravemente a erosão e a pobreza desse mesmo solo.

Não ouvimos falar, igualmente, da questão dos campos de golfe, numa altura em que há pressões para abrir mais campos de golfe, designadamente no Alentejo — campos de golfe que, por exemplo, no Algarve, só usam 4% de água reciclada.

De facto, há todo um conjunto de actividades que gira à volta da água e que não se prende directamente com a agricultura. Desde logo, o abastecimento humano de água tem de ter prioridade, seguido imediatamente da agricultura e das actividades industriais.

Neste domínio, parece-nos que faltam medidas de fundo e de longo prazo. Não duvidamos que o Governo esteja a tentar fazer o melhor que sabe, o que não quer dizer que tenha resolvido tudo da melhor maneira, mas está a fazer um esforço para atender à situação que se vive neste momento. Só que esta é uma questão de futuro, não é uma questão excepcional deste Verão, por isso digo que faltam medidas de longo prazo, medidas de poupança de água e de tratamento das águas residuais.

Ainda ontem, a propósito da discussão das Grandes Opções do Plano para 2005-2009, o Sr. Ministro do Ambiente anunciou um novo PEAASAR para 2007-2013. Mas não bastam planos nem basta anunciar medidas, é preciso que elas sejam aplicadas em concreto, porque, temos de dizê-lo, não é apenas a sociedade civil que ainda não se apercebeu do problema da seca. Enquanto a água não faltar nas nossas torneiras, a seca continuará a ser um problema de um país distante, chamado Portugal, e não nos dirá respeito. Mas um dia, de um momento para o outro, isso vai acontecer e, então, as pessoas vão acordar. Aliás, dá-me a sensação de que a própria Assembleia da República e o próprio Governo ainda não accordaram verdadeiramente para este problema que, no futuro, mais do que uma questão da agricultura, mais do que uma questão da indústria, será uma questão de civilização, que vai implicar a própria sociedade em termos de abastecimento humano.

Entendemos, por isso, que este debate, para ser sério, teria de ter outra vertente que não apenas a da agricultura e deveria ser centrado nas questões da poupança e da gestão do recurso água, não só do ponto de vista económico (dos dinheiros e dos subsídios) mas do ponto de vista da salvaguarda desse bem escasso, que não deve ser facultado às pessoas unicamente em função de o poderem ou não pagar mas na medida estrita das necessidades fundamentais do consumo humano.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, as referências feitas pelo Sr. Deputado do Partido Ecologista «Os Verdes», assim como outras feitas pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, acerca da necessidade de este debate ser mais amplo, suscita-me a seguinte observação: ontem, a Conferência de Líderes aprovou, a requerimento do PSD, um debate sobre a grave crise de falta de água que o País presentemente atravessa, com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, e o Governo fez-se representar através do Sr. Ministro da Agricultura.

Chamo, ainda, a atenção para o facto de que o Sr. Ministro do Ambiente discutirá a mesma temática, do ponto de vista da gestão da água, em comissão, no próximo dia 27 de Julho.

Evidentemente, se a Assembleia da República também solicitar a presença do Sr. Ministro da Administração Interna, a propósito da questão dos fogos, o Governo responderá com a disponibilidade a que já habituou esta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Moreira da Silva.

O Sr. **Jorge Moreira da Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No final deste debate, fica uma preocupante desorientação por parte do Governo.

Sr. Ministro, amanhã, no encontro que terá com a Comissária europeia, o normal seria que lhe dissesse que a oposição está unida na necessidade de convocar a solidariedade europeia. Assim como o «Pacote Erika I» surgiu depois do acidente que afectou a costa francesa, assim como o «Pacote Erika II» surgiu depois do *Prestige* e assim como o Fundo de Solidariedade da União Europeia surgiu depois da catástrofe na Alemanha, era fundamental que dissesse que a solidariedade europeia é imprescindível para Portugal neste momento, que tem toda a oposição e o grupo parlamentar que sustenta o Governo — espera-se — unidos nesta necessidade de accionar ou o Fundo de Solidariedade da União Europeia ou um instrumento comunitário que vise combater os danos da seca.

O Sr. Ministro teve hoje a última oportunidade para assumir essa posição mas, pelos vistos, prefere a atitude — que, confesso, é chocante, porque melindra e ataca o interesse público — de vir a este Parlamento defender que, afinal, a seca não é assim tão grave, que os dados do INE até apontam para um aumento da produtividade de algumas culturas, que a declaração de calamidade é desnecessária e que o Fundo de Solidariedade da União Europeia não é passível de elegibilidade, tal como foi dito a Espanha.

O seu papel não é esse, Sr. Ministro! O seu papel, em nome dos cidadãos e, em particular, dos agricultores, é fazer tudo até ao fim para que o não elegível se torne elegível, isto é, para que a declaração de calamidade pública — e não estou a falar de calamidade agrícola — seja accionada e para que seja dada uma resposta a um problema que é, neste momento, o mais premente.

Ninguém entende que haja dinheiro para a construção do aeroporto na OTA e não haja dinheiro para pagar aos agricultores que se encontram hoje numa situação profundamente carenciada!

Confesso que quer a intervenção de hoje quer a proferida pelo Sr. Ministro em Plenário, há três meses atrás, demonstram um conformismo relativamente a Bruxelas...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e um alheamento em relação à situação nacional que é inacreditável e que já começa a criar problemas na própria bancada do PS!

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — O Eurodeputado Capoulas Santos, que começou por me criticar por eu pedir a declaração de calamidade pública, já veio dizer, na passada semana, que essa declaração é inevitável. E o Sr. Ministro, que começou por dizer, neste Plenário, que o PSD era ignorante ao pedir a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia, depois da iniciativa espanhola, já veio dizer que, afinal, também se vai juntar aos países mais afectados pela seca para pedir a revisão desse Fundo.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Há três meses, o Sr. Ministro afirmava que a calamidade não se deveria aplicar enquanto declaração, mas na semana passada já deu uma entrevista ao *Público*, dizendo que admite accionar essa declaração de calamidade para facilitar as negociações com Bruxelas relativamente ao Fundo de Solidariedade.

Sr. Ministro, entendamo-nos! O Sr. Ministro tem de assumir uma posição em nome do Governo português, porque a Sr.ª Comissária desloca-se a Portugal amanhã e não entende...

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Ninguém entende!

O **Orador**: — ... se está a falar com um eurocrata competente ou com alguém a quem foi dada posse pelo Sr. Presidente da República e que representa todos os portugueses.

Este é o momento, pense bem durante esta noite, Sr. Ministro, porque, em boa medida, o seu lugar está em causa a partir dos próximos dois ou três dias. Pense bem no que vai fazer amanhã e depois de amanhã!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ninguém aceitará que amanhã, uma vez mais, tenha uma atitude complacente, bem com-

portada, em relação à Comissão Europeia.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Resignada!

O Orador: — Pense no que os seus antecessores de outros países — da França, da Alemanha, de Espanha — fizeram quando desencadearam iniciativas políticas comunitárias e aconselhe o seu Primeiro-Ministro a participar activamente nesta matéria, para que no Conselho, onde estão representados os chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da União Europeia, estas iniciativas possam ser desencadeadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Sr. Ministro ainda tem de explicar por que razão o Sr. Secretário de Estado do Ambiente já sabe quais são os prejuízos da seca e o Sr. Ministro ainda não.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E pertencem ao mesmo Governo!

Hoje, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente anunciou que a seca já custou 1,5% do PIB, mas o Sr. Ministro afirma que não consegue fazer esses cálculos até Setembro. Também a CAP já quantificou os prejuízos da seca em cerca de 2000 milhões de euros, mas o Sr. Ministro continua a dizer que não consegue quantificar os prejuízos até Setembro.

Sr. Ministro, convinha que o Governo se entendesse em relação a esta matéria porque, uma vez mais, amanhã será incompreensível para a Comissão Europeia a situação portuguesa, visto que há um Secretário de Estado do Ambiente que assume que esta é uma área gravíssima, catastrófica e aponta para prejuízos na área de 1,5% do PIB e, simultaneamente, há um Ministro da Agricultura que afirma que, para já, não declara a calamidade, que, para já, não pede o Fundo de Solidariedade porque ainda nem sequer consegue quantificar os prejuízos!

Para terminar, gostava que respondesse ainda hoje às seguintes questões: em primeiro lugar, vai ou não declarar a calamidade pública?

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — «Sim» ou «não»?!

O Orador: — Em segundo lugar, vai ou não desencadear uma iniciativa europeia para que o Fundo de Solidariedade se aplique ou para que seja criado um instrumento político, coerente e compatível com as necessidades do Estado português? Em terceiro lugar, qual é o prejuízo que existe neste momento relativamente aos danos da seca? Em quarto lugar, os cereais de intervenção provenientes da Hungria serão entregues à indústria transformadora ou aos agricultores? Em quinto lugar, o que vai fazer ao crédito para o abeberamento, uma vez que a burocracia impediu completamente que as actividades de abeberamento pudessem ser financiadas? O Sr. Ministro falou do êxito das linhas de crédito, mas esqueceu-se de falar desta linha.

Se pudesse agora explicar qual é a razão do seu inêxito, ficávamos muito satisfeitos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo pediu a palavra para que efectuasse.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, queria solicitar a V. Ex.^a que diligencie no sentido de distribuir ao Governo e às demais bancadas parlamentares a apreciação que o governo norte-americano, em particular a NASA, faz da situação de seca em Portugal, que não tem paralelo nos últimos 100 anos, com base em fotografias captadas por um satélite americano — suponho que o Governo português não tem nenhum meio equivalente à sua disposição.

O Sr. Presidente: — O documento será distribuído, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo está consciente de que a seca é grave e séria, afecta todo o País e há sectores extremamente penalizados.

Face a esta situação, o Governo não se limitou a fazer uma análise e a adiar os problemas, tomou medidas. Num quadro orçamental rigoroso, o Governo tem de responder aos portugueses que as medidas que

adoptas foram bem calculadas, que visam os agricultores mais afectados, independentemente da região onde se encontram, e que correspondem a cálculos feitos quotidianamente, por região e por cultura, porque só assim poderemos justificar aos portugueses que, num quadro orçamental de rigor, repito, já tenhamos gasto 38 milhões de euros e reposto no Orçamento os 20 milhões gastos pelo governo anterior.

Têm razão os Srs. Deputados quando dizem que as fotografias de Fevereiro...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Fevereiro?!

O Orador: — Fevereiro, Sr. Deputado. Exactamente! E eu iniciei funções a 12 de Março.

As fotografias de Fevereiro demonstravam que a seca estava aí, e o Sr. Deputado de Os Verdes tem razão quando diz que a seca é um problema estrutural que exige uma resposta estrutural.

Num quadro de seca, o Governo aponta soluções imediatas para reduzir e minorar os efeitos da seca deste ano mas também anuncia ao País que, sendo a seca estrutural, ela só pode ser resolvida com medidas estruturais. Por isso, Srs. Deputados, já gastámos 38 milhões de euros e temos três linhas de crédito: uma delas é um sucesso, noutra os agricultores pedem-nos a inclusão de mais culturas, e há uma outra, em que a burocacia ou a má interpretação das orientações do Ministro travaram a adesão nos primeiros dias, que já está a ter a adesão dos agricultores.

Estas medidas são para manter, vão ser reformuladas e o Governo vai continuar a bater-se pela solidariedade nacional e pela solidariedade da União Europeia. O Governo não exclui — não excluiu nem excluirá — decretar a situação de calamidade se esse não for um acto de demagogia e se, ao fazê-lo, garantir respostas e fundos de Bruxelas. Isso, Srs. Deputados, não está garantido simplesmente porque o regulamento, tal como está, não se aplica, mas poderá aplicar no futuro.

O problema de hoje resolve-se com as medidas que o Governo já tomou e com a solidariedade de Bruxelas. A Sr.^a Comissária já foi solidária e amanhã, tenho a certeza, vai continuar a sê-lo. O Governo vai manter a pressão, o que é importante, e não deixou de mostrar à Comissão Europeia que tem o apoio dos agricultores e também dos Srs. Deputados do Parlamento Europeu e da bancada do Governo, não com base em demagogia mas em cálculos firmes, porque o Governo é rigoroso nos cálculos que faz: não deixaremos de contabilizar os cálculos exactos das perdas por culturas.

Há uma cultura afectada, a dos cereais. Quando tivermos os cálculos das perdas de outras culturas e para as restantes regiões do País, não deixaremos de adoptar as medidas necessárias nem de insistir com Bruxelas em que é necessária a solidariedade europeia.

Contem com o empenho do Governo, do Ministro da Agricultura e do Sr. Primeiro-Ministro. Podem ter a certeza, os Srs. Deputados e os agricultores, que não deixaremos de continuar a acompanhar a situação e de dar as respostas estruturais, na área da água e na área das florestas, tal como foi invocado nesta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dou por encerrado o primeiro ponto do período da ordem do dia.

Vamos agora dar início ao debate, requerido pelo Governo, sobre a concertação social e a revisão da legislação laboral.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (Vieira da Silva): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No dia 4 de Maio, dirigi-me à Assembleia da República, numa intervenção no período antes da ordem do dia, dando conta do início dos trabalhos da concertação social e apresentando a estratégia do Governo para a mesma. Cabe-me agora dar conta dos primeiros resultados desse trabalho.

No passado dia 18, foi possível concluir, com um acordo tripartido, uma proposta de alteração ao Código do Trabalho, objectivo que consta do Programa do Governo e que era para nós uma primeira prioridade.

Propusemos aos parceiros sociais, e no sentido da intervenção do Governo nesta Assembleia, dar início à revisão urgente do Código do Trabalho centrada na promoção da contratação colectiva.

Ao longo deste processo, o Governo deixou claros os princípios que organizam as suas opções neste domínio e que, em síntese, são os seguintes: a decisão legítima das partes é preferível a qualquer outra solução; a conciliação é preferível à mediação e esta à arbitragem; é indispensável que os parceiros sociais exerçam plenamente as suas responsabilidades na promoção de soluções negociadas ou arbitradas sob seu controlo quando ocorrem conflitos colectivos de trabalho decorrentes da negociação colectiva; a arbitragem voluntária é preferível à arbitragem obrigatória, que deve ficar reservada para situações de exceção legalmente bem delimitadas; a caducidade das convenções colectivas de trabalho é indesejável, pelo que devem ser criadas todas as condições que evitem a sua ocorrência; a decisão de determinar a realização de arbitragem obrigatória deve respeitar as normas internacionais de trabalho a que o Estado português se encontra vinculado; mesmo em caso de caducidade, as partes contratantes têm o dever de evitar a descracterização das relações entre trabalhadores e empresas e salvaguardar a segurança jurídica da relação laboral; na ausência de estipulação pelas partes, deve caber à lei salvaguardar o núcleo essencial da rela-

ção de trabalho.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O acordo que celebrámos dá cor a esta ambição contida nos princípios que citei e concretiza-a por dez razões fundamentais.

Primeira razão: o Código do Trabalho foi elaborado sem qualquer acordo social e aprovado apenas com os votos da maioria, à época, e poderá ser alterado na sequência de um acordo tripartido celebrado na Comissão Permanente de Concertação Social. A proposta que o Governo trará a esta Assembleia tem pois um valor simbólico e objectivo da maior importância.

Segunda razão: o Governo cumpre, dentro do prazo e de acordo com o seu Programa, o primeiro passo, sublinho, o primeiro passo da sua estratégia de reforma das relações laborais em Portugal.

Terceira razão: o acordo contém soluções adequadas para os problemas da negociação colectiva que se vinham sentindo e é coerente com as posições que o grupo parlamentar do partido que apoia o Governo afirmou durante a anterior Legislatura.

Quarta razão: o conteúdo do acordo integra os princípios do modelo social europeu (respeito pela autonomia das partes, fomento do diálogo social e da negociação colectiva e intervenção supletiva do Estado).

Quinta razão: as soluções contidas no acordo favorecem a mudança negociada das relações laborais e dão a ambas as partes instrumentos para promoverem boas práticas negociais. Com elas promovem-se as boas práticas de ambas as partes contratantes e a responsabilização dos parceiros na gestão dos conflitos decorrentes da negociação colectiva.

Sexta razão: afasta-se, tanto quanto é legítimo, a caducidade das convenções colectivas de trabalho e, quando ela ocorre, protege o núcleo essencial da relação laboral.

Sétima razão: simplificam-se os procedimentos administrativos para tornar mais célere e mais simples o depósito, a publicação e a entrada em vigor das convenções colectivas de trabalho.

Oitava razão: adoptam-se medidas destinadas a pôr em funcionamento a arbitragem de conflitos colectivos e de serviços mínimos em caso de greve, que deveriam estar a funcionar há cerca de ano e meio.

Nona razão: reserva-se a arbitragem obrigatória para situações excepcionais e condiciona-se a sua determinação à audição dos interessados e dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente da Concertação Social. Reduz-se assim a discricionariedade da intervenção governamental, que passa a ter um carácter supletivo, cujo alcance e limites passam a estar explicitamente fixados na lei.

Décima razão: as alterações agora propostas não esgotam a intervenção que julgamos necessária no Código do Trabalho, mas com ela criam-se melhores condições para decidir, a breve prazo, sobre as relações entre a legislação laboral, as convenções colectivas e os contratos individuais de trabalho.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é, portanto, um acordo de grande significado e com um alcance estratégico de importância relevante. Com ele se dá um novo ânimo à concertação social no nosso país. Com ele se reforça a confiança nas soluções negociadas para a superação das dificuldades da nossa economia e da nossa sociedade.

Conjuntamente com este esforço de concertação, foram igualmente acordados um programa e um calendário de trabalhos para os quais o Governo já apresentou diversos documentos estratégicos focando questões essenciais para a modernização da sociedade portuguesa. Delas destaco as políticas de emprego, a protecção no desemprego, as políticas de combate à fraude e à evasão ou a reforma do Estado.

Sabemos bem que este é apenas um passo, mas é um passo na direcção certa. O Governo não desistirá de concretizar o seu Programa: modernizar a economia para favorecer o crescimento do emprego, favorecer a adaptabilidade das empresas às exigências da competitividade externa e da evolução tecnológica, defendendo ao mesmo tempo um modelo social que seja o cimento de uma comunidade mais coesa e mais solidária.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito telegraficamente, porque vou fazer uma intervenção, gostaria de dizer que este acordo que V. Ex.^a considerou relevante e que, para os jornais, classificou como histórico, é, de facto, histórico porque é uma das maiores «cambalhotas» do Partido Socialista. Este acordo contraria afirmações feitas por V. Ex.^a aqui, na Assembleia da República, em relação à revisão urgente do Código do Trabalho.

Mas porque tenho de ser telegráfica, gostaria que V. Ex.^a elucidasse, desde já, naquela alínea onde se salvaguarda da caducidade a retribuição, o que entende por retribuição. É o conceito restritivo do Código do Trabalho?

Porque se mantém a caducidade e há ameaças sérias à caducidade, gostava de lhe colocar uma questão muito concreta. O patronato diz que o contrato colectivo de trabalho dos têxteis caduca hoje. Nós não entendemos assim. Para os trabalhadores ouvirem, pergunto: o Sr. Ministro entende que esse contrato caduca hoje?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos.

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por registar o entusiasmo que o Sr. Ministro, hoje, aqui, revelou em torno da concertação social. É que quando o Partido Socialista está na oposição não assistimos a essa postura, a esse empenho e à preocupação de que o trabalho desenvolvido em sede de concertação social, particularmente pelos parceiros sociais, tenha exactamente essa apreciação positiva que aqui hoje o Sr. Ministro começou por enfatizar.

De resto, a importância deste acordo é logo definida e classificada pelo Sr. Ministro quando diz que estamos em presença de uma proposta simbólica, o que significa que não estamos em presença de algo que corresponda, de facto, às propostas e promessas feitas pelo Partido Socialista aquando das eleições legislativas e, particularmente, às declarações proferidas aqui, no Plenário da Assembleia da República.

Do meu ponto de vista, este acordo tripartido insere-se no espírito e nos objectivos do acordo bilateral entre as confederações empresariais e sindicais, celebrado em 7 de Janeiro deste ano.

Assim, com espírito positivo, que foi e será sempre aquele que norteia a nossa intervenção política, é desejável que facilite e estimule a livre contratação colectiva entre trabalhadores e empresas.

De um modo geral, as alterações pontuais feitas são pequenos aperfeiçoamentos, não representando, por isso, quaisquer modificações de fundo. Este facto demonstra o reconhecimento que o Código do Trabalho representa, basicamente, um instrumento legal que, não sendo perfeito, é um avanço na modernização de relações de trabalho e salvaguarda o modelo social europeu.

O PSD sempre defendeu o diálogo e a concertação social. Privilegia a negociação para resolver os problemas que naturalmente existem nas relações económicas e sociais, pelo que, coerente com esta sua posição de princípio, se congratula com o entendimento agora registado entre os parceiros sociais e o Governo.

Nesse sentido, registamos a incoerência do PS que, aquando a campanha eleitoral e mesmo aquando o debate do Programa do Governo, nesta Assembleia da República, prometeu que iria apresentar alterações ao Código do Trabalho com base das suas propostas feitas aqui, no Parlamento, quando era oposição. Ora, pelo texto agora apresentado constata-se que essas tais propostas ficaram «na gaveta».

Sr. Ministro, com estas alterações, que são aperfeiçoamentos que reconhecemos, pode garantir que não há o risco de os casos de caducidade das convenções colectivas de trabalho virem a surgir exactamente nos mesmos termos em que surgiram sem estas alterações?

O livro verde e o livro branco que o senhor anunciou perspectivam-se para que efeitos? Uma revisão global aquando do termo do prazo previsto na lei do Código do Trabalho, para então, sim, se fazer uma revisão global do Código do Trabalho, ou estaremos em presença de uma pretensão do Governo socialista de, talvez para meados do próximo ano, voltar a gerar expectativas, e sobretudo instabilidade, na aplicação das leis do trabalho nas relações económicas e sociais?

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, creio que o Sr. Ministro escutava de ouvir esta intervenção. É aqui claro, e posso antecipar, o apoio de toda a direita às medidas nesta área, ditas da promoção da contratação colectiva, parcialmente revisoras do Código do Trabalho. Vai ter aí um coro de apoio por parte da direita e até com observações judiciosas! Mas há que reconhecer que isto nada tem a ver com as promessas iniciais do Programa do Governo do Partido Socialista e muito menos com as do Partido Socialista durante a campanha eleitoral.

O Sr. Ministro já nos tinha adiantado que iriam deixar cair a objecção ao princípio da caducidade. No entanto, foi dizendo que, indo tendencialmente para uma via que chegaria à arbitragem obrigatória, não haveria vazio contratual. Ora, o que se observa, deste acordo e do que nos descreveu, é que, realmente, pode haver situações de vazio contratual. Portanto, aí também há uma revisão em baixa daquilo que tinham sido as promessas do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Uma questão muito concreta que lhe formulou é esta: há ou não possibilidade de vazio contratual? Como agir nessas circunstâncias? O que quer dizer exactamente «manter o núcleo essencial das relações jurídicas»?

Por que razão esse acordo abandona — uma posição que era cara ao Partido Socialista —, sob condições contratuais, a manutenção do princípio do tratamento mais favorável? Por que razão?! É um claro sinal, no que respeita a uma relação que não é igualitária, entre empregador e empregado, entre entidade patronal e trabalhadores, de que aí há uma situação claramente vantajosa para uma das partes, nesta relação contratual.

Por outro lado, observamos — corrija-me se assim não for — que em relação ao exercício do direito à greve, para além da extensão dos serviços mínimos, que discutiremos noutro momento, o Governo não alterou no Código do Trabalho a chamada cláusula de paz social, em sede de contratação colectiva. Essa é também mais uma revisão, e grave, limitadora dos direitos dos trabalhadores, que o Partido Socialista,

quando esteve na oposição, não aceitou e muito justamente.

Sr. Ministro, não podemos, portanto, saudar este pré-acordo que se realizou. Esperamos pela proposta de lei material, que iremos debater, mas o que desde já deixamos como desafio político é saber o que é que se tem passado para que o Governo do Partido Socialista esteja a recuperar amplamente a política de «felicidade» de Bagão Félix, porque é isso que estamos a ver todos os dias e é isso que lhe antecipa o apoio da direita.

Nesse caso concreto, o immobilismo de que o Sr. Ministro pretende acusar as bancadas à sua esquerda não nos pode ser reportado, não pode ser reportado ao Bloco de Esquerda. De facto, o único immobilismo que vamos vendo passo a passo, e a compasso, é o «immobilismo Bagão», que, neste momento, é representado pelo Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pais Antunes.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria, em primeiro lugar, de saudar a celebração deste acordo. O Partido Social Democrata tem por princípio, no governo e na oposição, uma postura sempre favorável à concertação social. Um acordo celebrado no âmbito da concertação social é sempre um passo positivo, independentemente do seu conteúdo, e por isso merece o respeito deste partido.

Infelizmente não tem sido essa a postura do Partido Socialista, que, aparentemente, é favorável aos acordos quando neles participa, mas não me lembro de, há cerca de dois anos, tê-lo visto aqui apoiar o compromisso tripartido então celebrado no quadro das alterações ao Código do Trabalho, no qual participou, para além do Governo, a CIP e a UGT.

Em segundo lugar, queria felicitar o Sr. Ministro pelo exercício do malabarismo político que o trouxe hoje a esta Câmara. Estou tentado a dizer (comungo certamente da opinião de outros ilustres Deputados desta Câmara) que a proposta que o Governo do Partido Socialista vai apresentar brevemente é o melhor elogio que se podia fazer ao Código do Trabalho porque não altera nada de substancial no Código. Diria mesmo mais, parafraseando um célebre professor de direito: «Tem algumas coisas novas e tem algumas coisas boas, as boas, infelizmente, não são novas e as novas infelizmente, não são boas».

A este propósito gostaria de interpelar o Sr. Ministro sobre dois aspectos concretos.

Uma das coisas novas que manifestamente não é boa é a alteração do artigo 12.º do Código do Trabalho, sobre a presunção da existência do contrato de trabalho. E não é boa porquê? Poder-se-ia dizer, com mais ou menos razão, que a actual redacção do artigo 12.º peca um pouco por defeito, obrigando a demasiadas coisas para que se presuma a existência do contrato de trabalho. Mas a nova redacção, pura e simplesmente, esvazia de conteúdo a presunção, porque se presume que é contrato de trabalho um contrato de trabalho. E isto com uma agravante, já que vem acrescentar uma condição suplementar às que já constam do artigo 10.º, que é a fiscalização do empregador.

Gostaria que o Sr. Ministro nos explicasse como é que o Governo pensa combater fenómenos tão importantes e negativos relativos ao trabalho a recibos verdes e à economia clandestina e paralela sem uma norma que efectivamente faça presumir a existência de um contrato de trabalho.

A segunda questão sobre a qual gostaria de interpelar o Sr. Ministro tem precisamente a ver com a arbitragem.

Ouvi da boca do Sr. Ministro a afirmação, que me deixou bastante perplexo, de que se resolveu finalmente o problema dos mecanismos da arbitragem, que deviam estar a funcionar há um ano e meio. Porém, o Sr. Ministro, na altura Deputado da bancada do Partido Socialista, deve lembrar-se que o regime que ficou consagrado na lei que regulamenta o Código do Trabalho resulta de uma proposta do Partido Socialista! Foi o Partido Socialista que apresentou a proposta e não era a que vinha contida na proposta do Governo. Repito, foi o Partido Socialista que definiu o modelo da arbitragem. Na altura, quer no âmbito da concertação social quer aqui, nesta Câmara, embora noutras funções, lembro-me de ter chamado a atenção para o facto de haver um risco sério de o sistema não funcionar. Vê-se agora — e isso é bom porque é sinal de que o Partido Socialista «dá o braço a torcer» — que se perdeu um ano e meio sem razão.

Para concluir, devo dizer, Sr. Ministro, que foi já publicamente afirmado e reiterado aqui que este é um primeiro passo.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Um passo em falso!

O **Orador**: — Devo confessar que temo o pior, porque estamos habituados, pela experiência passada, a que a criação de comissões e a elaboração de livros brancos, verdes e de outras cores, normalmente não conduzam a nada.

Já que o Sr. Ministro fez referência a um calendário, gostaria que informasse esta Câmara do calendário que está definido e de quais os compromissos que o Governo apresenta relativamente à existência e à discussão das propostas decorrentes dos livros branco e verde que vão ser elaborados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social:** — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados as perguntas que me colocaram.

Registo, sempre muito sensibilizado, a grande preocupação com que os vários partidos da oposição expressam o receio de que o Governo não esteja a cumprir o programa com que o Partido Socialista se candidatou às eleições. Mas a este respeito basta-me ler, pedindo desculpa por isso, um parágrafo do Programa do Governo, que diz o seguinte: «Assim, o Governo prometerá a revisão do Código do Trabalho, tomando por base as propostas de alteração apresentadas na Assembleia da República, bem como a avaliação do novo regime legal. Sem prejuízo deste processo, o Governo discutirá com os parceiros sociais os termos de uma intervenção urgente destinada a evitar as consequências da actual crise da contratação colectiva». É isto que está escrito no Programa do Governo e é isto que, custe pouco ou muito aos Srs. Deputados, o Governo está a fazer.

Obviamente que a acusação de que o Partido Socialista tem menos apreço pela concertação social quando está na oposição do que quando está no Governo carece de qualquer fundamento. A única coisa relevante é que talvez seja apenas uma coincidência estatística, mas, de facto, o Partido Socialista quando está no governo tem mais capacidade de chegar a acordos de concertação social do que o Partido Social Democrata teve quando esteve no governo. É que se existe malabarismo nesta Casa, ele consiste em afirmar que o Código do Trabalho em vigor foi alvo de qualquer processo de acordo tripartido. Isto é que é um malabarismo, porque nunca vi esse acordo ser confirmado por ninguém.

Protestos do PSD.

Ao contrário, este foi um acordo de revisão, parcelar, é certo, com o objectivo de promover a contratação colectiva, mas foi um acordo tripartido celebrado no âmbito da concertação social. Não se trata de um mero acordo simbólico, Sr. Deputado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Temos de dar às palavras o valor que elas têm: é um acordo com um valor objectivo importante, mas tem também um importante valor simbólico, que é o de devolver à concertação social a importância que ela tem por serem celebrados acordos nesse domínio. É isso que tem valor simbólico! Esta não foi uma alteração meramente simbólica, e não foi porque é uma alteração com um efeito poderoso de estímulo à contratação colectiva.

De facto, Sr. ^{as}s. e Srs. Deputados, o Governo do Partido Socialista mantém, como eu mantenho, plenamente, a afirmação que fiz nesta Casa, e estou perfeitamente tranquilo relativamente à coerência entre este acordo e essas afirmações.

Somos contra o imobilismo e contra o vazio convencional. É verdade! Combatemos o imobilismo, criando todas as condições para que a legislação estimule os parceiros à negociação colectiva, sendo que esta formulação do Código do Trabalho, agora alterada, tem muito mais poder de estímulo, uma vez que ambas as partes negoceiam em condições de muito maior equilíbrio.

Além disso, esta alteração destina-se a impedir o vazio convencional, o que é feito de duas formas muito claras.

Por um lado, através de uma alteração que é da maior importância e que tem a ver com aquilo a que chamei o núcleo essencial (que, por falta de tempo, não irei agora descrever), ao prever, no caso de caducidade, quais as dimensões normativas dos contratos colectivos que passarão para o direito individual e que são extremamente importantes. Esta é, portanto, uma forma de diminuir drasticamente o risco de vazio convencional.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Exactamente!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Responda à pergunta!

O **Orador:** — Já respondo, Sr.^a Deputada.

Por outro lado, a sequência de estímulo à negociação, à mediação, à arbitragem voluntária, termina no fim da linha (como deve ser), com a possibilidade de o parceiro que viu negada a possibilidade de chegar a um acordo, por prática contrária da parte com quem está a negociar, solicitar a arbitragem obrigatória.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Exactamente!

O Orador: — Portanto, estes dois estímulos e a forma como estão concebidos são um poderoso instrumento de combate ao imobilismo e ao vazio contratual.

E, Srs. Deputados, não me venham falar de um aspecto que foi também revisto e que tem a ver com a questão da contratação colectiva, que é o problema dos recibos verdes, ou da questão da presunção do contrato de trabalho. Se existia formulação inútil para a presunção da existência de uma relação contratual, se havia uma formulação inútil do ponto de vista da relação jurídica, da discussão em tribunal e até do ponto de vista da função de inspecção era a formulação que constava no anterior Código do Trabalho, com a célebre obrigatoriedade de todos aqueles indícios serem cumulativos.

O facto de ter acabado aquilo que se traduzia, ao fim e ao cabo, num obstáculo à tentativa de identificar falsas relações de prestação de serviços, que são verdadeiros contratos de trabalho, é uma alteração que tem um enorme significado.

Quero também dizer à Sr.^a Deputada Odete Santos que, obviamente, aquilo que é transportado para a relação individual de trabalho é aquilo que consta da convenção colectiva. Isto é absolutamente claro.

Gostaria ainda de dizer o seguinte: mais do que responder à sua pergunta acerca da situação dos têxteis, o que lhe posso dizer é que tudo estou a fazer e tudo farei para que nesse sector tão importante para a sociedade portuguesa seja possível que as partes se entendam e haja uma renovação do contrato colectivo de trabalho e, portanto, uma renovação de base negocial.

Mais, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero ainda dizer que é falso que estejamos com esta posição a validar qualquer estrutura das relações laborais face à qual nos opusemos no passado.

Para finalizar, Sr. Deputado Luís Fazenda, não fugirei à questão que colocou, que é uma questão importante.

Quero dizer-lhe que o Governo mantém que, no quadro da revisão global do Código do Trabalho a realizar em 2006, é indispensável rever o artigo 4.^º do Código para (conforme refere o texto apresentado à concertação social) afastar o entendimento actualmente consagrado de que, havendo dúvidas, se deve partir do princípio de que a norma legal é neutra, substituindo a redacção actual do artigo 4.^º por outra de que resulte que, havendo dúvidas, se parte do princípio, de acordo com o sentido do direito do trabalho, que a norma legal estabelece o mínimo. Esta é uma posição à qual nos mantemos fiéis.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, agradeço que conclua, senão descapitaliza por completo o tempo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e já não apenas o do Governo.

Risos.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Esta é uma posição a que o Governo se mantém fiel. Mas também lhe digo, Sr. Deputado, que é uma posição que tudo faremos para que seja construída, mais uma vez, em sede de concertação social.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pais Antunes.

O Sr. Luís Pais Antunes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Confesso que o esclarecimento que o Sr. Ministro acaba de nos dar não me sossegou, bem pelo contrário. Não me sossegou porque, exceptuando uma, não respondeu às questões que coloquei, e naquela que respondeu, permita-me que lhe diga, Sr. Ministro, foi tudo menos convincente.

Repto aquilo que disse há pouco: até posso admitir que alguns considerem e que o Partido Socialista, em particular, considere que o regime previsto no actual artigo 12.^º é muito exigente, precisamente por causa do carácter cumulativo das quatro condições aí definidas. Mas aquilo que o Governo se propõe fazer não é só «deitar a água do banho fora», é «deitar a água do banho e deitar fora o bebé». Deita tudo fora! Pura e simplesmente desaparece a presunção! Como se diz em português corrente, presume-se branco aquilo que for branco. Não é nem mais nem menos do que isto. Neste caso, não há presunção, desapareceu a presunção da existência do contrato de trabalho.

Gostaria, nesta minha intervenção, de sublinhar três aspectos que me parecem fundamentais, sendo que um tem a ver precisamente com o regime da sobrevigência.

Sr. Ministro, podemos, no plano dos princípios, admitir que o sistema, com as alterações que o Governo se propõe introduzir, poderá acomodar os interesses, as pretensões de uma ou outra parte, de forma mais simpática. O que não podemos negar, e o Sr. Ministro não o negará certamente, é que o regime da sobrevigência, tal como está definido no Código do Trabalho, se mantém intocável. Não há qualquer alteração ao regime da sobrevigência definida.

Portanto, contrariamente àquilo que o Partido Socialista disse quando era oposição e contrariamente àquilo que o Partido Socialista tem dito aos portugueses, quer na campanha eleitoral, quer, depois, já como Governo, não há qualquer divergência relativamente ao regime da sobrevigência e à manutenção do elemento da caducidade. Por isso, permito-me sublinhar, mais uma vez, que é com alegria e satisfação que

vejo que, afinal, o Partido Socialista, também nesse aspecto, andou a enganar os portugueses, porque, ao chegar ao Governo, defende exactamente aquilo que tanto combateu no passado. E não se compare aquilo que estava nas propostas do Partido Socialista, que são públicas e conhecidas, com aquilo que está na proposta agora apresentada.

Ainda uma referência muito breve às outras duas questões. Uma, que acho particularmente negativa, é que o princípio da co-responsabilização dos parceiros sociais no processo da arbitragem obrigatória é fundamental, e foi, aliás, um ponto muito discutido e que, embora com dificuldade, foi aceite por todos nas discussões sobre o Código de Trabalho.

Ora, ao fazer suportar integralmente pelo Orçamento do Estado o custo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira fazer o favor de concluir.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente. Peço apenas para beneficiar da mesma liberalidade que o Sr. Ministro beneficiou.

O Sr. **Presidente**: — Já está relativamente implícita.

O Sr. **Jorge Strecht (PS)**: — Pode continuar!

O **Orador**: — Aliás, o Partido Socialista irá ceder, certamente, algum tempo!

O princípio da co-responsabilização dos parceiros sociais é fundamental. Sobretudo num período de contenção orçamental, num período em que se pedem aos portugueses sacrifícios, ser o Estado a assumir, na sua integralidade, os custos da arbitragem obrigatória é um erro e um mau sinal político que se transmite aos portugueses.

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Terceira e última referência: não quero entrar aqui na discussão de qual é o compromisso que tem mais acordo dos parceiros, essa discussão já tem quase «barbas». Agora uma coisa é certa: eu também não vi o acordo assinado, mas já ouvi declarações de parceiros sociais, nomeadamente do lado dos empregadores, a afirmar de forma clara e inequívoca que não aceitam a visão que o Sr. Ministro ainda agora acabou de apresentar sobre o artigo 4.º.

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Eu também ouvi!

O **Orador**: — Portanto, é porque não há acordo nessa matéria.

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Strecht.

O Sr. **Jorge Strecht (PS)**: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Parafraseando o Deputado do PSD, diria que o que fizemos de novo é bom e o que eliminámos era mau.

O Sr. **Luís Pais Antunes (PSD)**: — Não é parafraseando...

O **Orador**: — Bem, se o senhor não conhece as regras da ironia, também não lhas vou explicar, porque não vou gastar tempo com isso!

Risos.

Há dias tivemos aqui uma interpelação e eu, dirigindo-me à bancada do Partido Comunista, perguntei: «Porquê esta interpelação antes do tempo, porque, seguramente, o Governo estará aqui brevemente para apresentar as suas propostas?» Afinal, o Governo está aqui e está a dizer que vai apresentar, portanto eu tinha razão em dizer que era extemporânea a intervenção da bancada do Partido Comunista.

A Sr.^a **Odete Santos (PCP)**: — Para isto!

O **Orador**: — Quanto à questão da contratação colectiva, em primeiro lugar, é bom que a bancada do Partido Comunista perceba — e percebe — que a simples não caducidade não garante, ao contrário do que julgam, nem é nenhum achado mágico, algo aos trabalhadores. Sabe porquê? Primeiro porque a única coisa que garante é a manutenção da convenção, mas não garante sequer a revisão dos salários, o que

significa que, se houver bloqueio, como há e já houve muitas de vezes, pode nem sequer ter a adaptação pecuniária, a não ser que, como a Sr.^a Deputada depois me veio dizer, o Governo intervenha, por via de uma PRT, para conseguir que os salários subam, pelo menos, de acordo com a inflação,...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — O próprio Governo aponta essa posição!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Já está a fazê-lo!

O **Orador**: — ... o que seria muito mais violador daquilo que, na altura, referiu serem as normas da OIT, porque aí era uma intervenção exclusiva do Governo. É mais sensato que, num processo negocial que se arrasta, a parte contraventora seja punida com o pedido de arbitragem obrigatória da parte que está de boa-fé.

Portanto, ao contrário do que estão a insinuar, só haverá vazio contratual se o sindicato — admitindo que são sempre os sindicatos que serão lesados pelo imobilismo da entidade patronal — não tomar a iniciativa dessa arbitragem. Não existe, por isso, qualquer vazio, porque há uma sentença arbitral.

Mas, para além disso, o Governo guardou para si mecanismos de intervenção que lhe permitem forçar a negociação, os quais estão expressos na proposta, e o resultado final, que é o de evitar o vazio ou a anomia, se quiser, neste domínio.

Mais: não percebo porque é que dizem que não percebem o que é que lá está. Qual é o núcleo fundamental das convenções colectivas? É a remuneração, a categoria e o regime de duração do trabalho. Porque é evidente que tudo o mais, em princípio — e, se lerem as convenções colectivas de trabalho, perceberão que o que estou a dizer é verdade —, é uma reprodução, quase sempre textual, da lei laboral. O que é que não está na lei laboral? O que é que não se reproduz na convenção colectiva? A duração do trabalho, o salário, como é evidente, e as categorias ou a carreira profissional.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É difícil de entender!

O **Orador**: — É isso que está na proposta que o Governo anuncia vir fazer a este Parlamento.

Portanto, há várias saídas que protegem claramente a parte que não age de má-fé, que — admitamos — será aquela que tem interesse em negociar, ou seja, os sindicatos. Mas também é verdade que, se os sindicatos não tiverem interesse em negociar, são eles os responsáveis da sua própria desgraça.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Eles são responsáveis por tudo!

O **Orador**: — Se não tiverem interesse em negociar, serão! E serão os sindicalizados que terão que responsabilizar as suas direcções sindicais pela inércia delas.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Mais uma proposta de direita!

O **Orador**: — Não, não! Peço imensa desculpa, a posição conservadora que está a anunciar é uma posição claramente de direita, que teve, no passado histórico, se bem se lembra, resultados negativos, que não vale a pena trazer aqui para esta discussão. Portanto, sobre isso não há entendimento entre nós.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Pois não!

O **Orador**: — Não há entendimento filosófico, doutrinal e ideológico, e, portanto, não vale a pena discutir! A Sr.^a Deputada fica com o seu ponto de vista e nós ficamos com o nosso. Ponto final parágrafo! É assim, Sr.^a Deputada! Não vale a pena! É e será assim!

Applausos do PS.

Portanto, não estamos de acordo com a vossa inércia e não estamos de acordo com o bloqueio que o Código de Trabalho claramente prevê.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Não!

O **Orador**: — É claro que sim, Sr. Deputado! É evidente que a *ratio* do Código de Trabalho que os senhores aprovaram, ao arrepio de qualquer tipo de concertação social, é claramente contrário...

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Os senhores confirmam!

O **Orador**: — Não confirmamos rigorosamente nada! Desculpe, mas não confirmamos e infirmamos! E

mais: a saída para evitar o vazio já está prevista — é o primeiro passo — e teve, apesar de tudo, acordo na concertação social, mas o Governo disse, e mantém, que fará o que tem de fazer, nos termos que anunciou que faria.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Vamos ver!

O **Orador**: — Não é vamos ver, estamos aqui... Sr. Deputado, hoje já estamos aqui a ver que ontem vocês não tinham razão, porque o Governo fez o que os senhores diziam que não faria. Amanhã estaremos aqui para que eu tenha outra vez que dizer que, afinal, o Governo fez o que anunciou aqui que iria fazer. E não vale a pena perdermos mais tempo sobre isto. É assim!

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Se assim não for, cá estaremos para ver! Mas, vejamos: as coligações negativas entre a direita...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não, não! Continua enganado!

O **Orador**: — ... e a minha esquerda, fisicamente considerada,...

Protestos do PSD.

Não, não é acidental, é paradoxal mas não é acidental.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é extraordinário!

Risos do PCP e do BE.

Protestos da Deputada do PCP Odete Santos.

O **Orador**: — E é verdade que não é fácil romper caminho quando a esquerda se entende tacitamente com a direita. Não é fácil!

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Odete Santos.

O **Orador**: — Não é fácil mas não é impossível! Por isso, veremos mais à frente se é ou não exequível. Nós entendemos que é exequível!

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Quando for altura de discutirmos o que temos de discutir, cá estaremos.

Para acabar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e só sobre a questão da presunção, queria dizer que é evidente que o Sr. Ministro tem razão. É evidente que a norma não podia ser deste tipo «quem trabalhar, presume-se que trabalha subordinadamente» — isto é um rematado absurdo! É evidente que, relativamente a quem trabalha, só por si, não se pode presumir coisíssima nenhuma. Tem de haver claramente indícios para que se possa dizer se sim ou não.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é óbvio!

O **Orador**: — É evidente que é para quem trabalha com recibo verde, numa organização de meios, que interessa a presunção e, portanto, a presunção que está prevista na proposta de lei é clara, é inequívoca e é a única compatível com o bom senso das coisas.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Portanto, não se discute quem está inserido numa organização de meios, quem trabalha e tem o seu local de trabalho — é trabalhador subordinado. É irrelevante que esteja ou não com recibo verde. É isto o que a norma diz, é isto que norma deve dizer e está bem dito!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Por consequência, a nossa bancada apoia agora, e, seguramente, estará cá para apoiar, quando o Governo anunciar (e já disse que o fará) as propostas de lei que entretanto apresentar.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros dos Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por que é que será que, quando ouço o Partido Socialista nas suas «cambalhotas», me lembro de um programa de televisão em que alguém perguntava «está todo o mundo enrolando?» E o «colectivo» respondia: «está!».

Risos.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Isso deve ser um número de revista!

A **Oradora**: — Não! Era um programa da Jô Soares, se quiser saber. O Sr. Deputado é mais novo do que eu mas, se calhar, deveria ver essa crítica.

O Sr. Ministro veio aqui anunciar uma boa nova, qual Anjo São Gabriel a anunciar a Maria,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é uma coisa assim tão importante!

A **Oradora**: — ... e eu pretendo saber para quem é essa «boa nova».

Em primeiro lugar, o Partido Socialista abandonou a proposta de alteração do artigo 4.º do Código do Trabalho, precisamente aquele em que a anterior maioria escavacou o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Abandonou o princípio que é o escopo do direito laboral moderno, aquele que reequilibra a desigualdade das partes na relação de trabalho.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — Com o actual Código, até é possível que o trabalhador fique sujeito a disposições menos favoráveis do que as constantes das convenções colectivas de trabalho, e mesmo menos favoráveis do que as constantes da lei geral. Foi isto o que o Sr. Ministro do Trabalho deixou, para já, intocável, não se sabendo quando é que vai haver essa alteração.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

A **Oradora**: — Ora, a quem serve, de facto, este immobilismo, em relação ao artigo 4.º do Código do Trabalho? Serve a quem tenha interesse em que o trabalhador seja individualizado na relação de trabalho, que o trabalhador não conte, no exercício dos direitos fundamentais do direito do trabalho, com a força dos direitos colectivos.

O Governo vangloria-se por ter deixado «para as calendas gregas» a reposição deste princípio. Esta é uma boa nova para o patronato.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PS.

A **Oradora**: — Em segundo lugar, o Governo, cedendo ao patronato, fez a exumação do artigo 13.º do diploma preambular, um artigo que está efectivamente morto, que teve uma função de facilitar às entidades patronais a denúncia de convenções colectivas até ao dia 1 de Dezembro de 2003 (o Código foi publicado em Agosto) e, no fim desse dia, esse artigo desapareceu! E o Governo veio agora «dar de bandeja» — a quem? — ao patronato que ainda não tenha denunciado convenções e tenha deixado passar o respectivo prazo, a possibilidade de, seis meses após estas alterações, vir agora denunciá-las ao abrigo de um artigo defunto.

A quem é que isto interessa? Ao patronato, como é óbvio!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Em terceiro lugar, o Governo mantém o regime da caducidade das convenções colectivas.

Estava a ouvi-lo deliciada, Sr. Deputado Jorge Strecht, porque reli, há bocado, o debate em que V. Ex.^a respondeu a uma interpelação da direita sobre se admitiam a caducidade e a sua resposta foi «não, Sr. Deputado, isso é próprio das relações do século XIX...»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Oradora: — ... e nós não admitimos isso».

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

A Oradora: — Ora, este regime mantém-se e nós, no anterior debate, já provámos que isso viola o direito à liberdade sindical.

E para quem é esta boa nova? É, obviamente, para aqueles que lucram com o isolamento dos trabalhadores, que os fragiliza e os submete a condições de trabalho sub-humanas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Em quarto lugar, o Governo acordou — aliás, bem acordado —, em que, no caso de convenções feridas pela caducidade, se salvasssem na esfera jurídica do contrato individual de trabalho apenas (e na falta de acordo) a retribuição, a categoria profissional e respectiva definição, e a duração do tempo de trabalho. Apenas e tão só! E lá se foi, de uma penada, a teoria laboriosamente construída pelo Prof. Bernardino Xavier...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bom professor!

A Oradora: — ... destinada a provar que nenhum prejuízo resultava da caducidade, considerando incluído na esfera individual do trabalhador muito mais do que o constante deste acordo de concertação social.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exactamente!

A Oradora: — E quando eu fiz a pergunta sobre a retribuição, a resposta do Sr. Ministro foi «nim», porque o conceito de retribuição tem de ser visto, porque está em vigor, à luz do Código do Trabalho, que é um conceito restritivo.

Então, quero saber o que é que se salva? Salva-se a retribuição mais elevada do trabalho extraordinário?! Salva-se o subsídio de turno, quando tem uma remuneração?! Salvam-se os prémios de assiduidade?! Salvam-se aquelas retribuições complementares e acessórias que o Código de Trabalho distingue da retribuição?! E a quem é que interessa isto? Obviamente que é ao patronato.

Em quinto lugar, o Governo conseguiu manter para si um poder discricionário: o poder de ordenar, ou não, a arbitragem obrigatória. Repito, o poder de ordenar ou não! Conseguiu um esteio por parte de uma maioria de que está refém e ainda aquela a que está afectivamente ligado. A maioria de que está refém está ali!

Vozes do PCP: — É verdade!

A Oradora: — Será por maioria que o Conselho Permanente recomenda ou não a arbitragem obrigatória, ainda que, nessa maioria, não se veja representada a associação sindical acossada pela caducidade

Esta é mais uma boa nova para quem? O Governo que responda mas, como é óbvio, é para o patronato.

Em sexto lugar, o Governo reafirma que os serviços mínimos, em caso de greve, são os serviços máximos e contraria orientações da OIT em relação às actividades que estão incluídas no conceito de «serviços mínimos». Isto não espanta, porque exemplos recentes, exemplos da governação socialista, de agora e também de outrora, como a requisição civil dos funcionários judiciais — lembremo-nos disto! —, sufocam qualquer interjeição de espanto.

Quem lucra? É o Governo e o patronato! Aliás, nem aquilo que criticaram na parte da greve, no Código do Trabalho, alteram agora. Não alteram o artigo sobre a substituição de grevistas...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — ... e já aqui foi falada a questão da cláusula de paz social. Nisto, nem sequer mexem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode começar a concluir.

A **Oradora**: — Termo mesmo, Sr. Presidente, é só mais um bocadinho, para dizer o seguinte: Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados do Partido Socialista, deixem de copiar as pitonisas que respondiam «nim», por forma a que todos os acontecimentos coubessem nas suas palavras.

Ainda pensam rever o Código do Trabalho por forma a garantir os direitos dos trabalhadores?!

Applausos do PCP.

Vozes do PS: — Sim, sim!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — «Nim»!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Fazemos hoje uma apreciação, que é necessariamente uma primeira apreciação e uma apreciação política, daquilo que o Sr. Ministro nos apresentou aqui como resultado da concertação social. Quando o Governo formalizar, através de proposta de lei, todas estas alterações, obviamente, pronunciar-nos-emos de uma forma mais concreta sobre o seu conteúdo.

Mas, nesta apreciação política, não podemos deixar de começar por saudar o acordo alcançado na concertação social,...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Mas que admiração!

Protestos do PCP.

O **Orador**: — ... mais do que pelo conteúdo, porque nos parece positivo que as alterações, em matéria de legislação laboral, sejam resultado de um acordo que provenha da concertação social.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O apoio da extrema-direita não significa nada?!

O **Orador**: — É uma postura de um partido que é responsável, que é sério e que não discute as matérias laborais com traumas e com complexos. E quem discute estas matérias sem traumas e sem complexos não pode nunca deixar de saudar aquilo que resulte, como acordo, da concertação social.

Sucede que o PS, que agora está no Governo e que até tem maioria absoluta, não tem esta mesma postura e não a teve, especificamente, no passado recente.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estão a ver?! O apoio deles não significa nada?!

O **Orador**: — Aquando do processo de aprovação do Código do Trabalho, a postura do PS foi diametralmente oposta, nomeadamente no que diz respeito às alterações ao Código do Trabalho e ao acordo com a CIP e a UGT, à época, para essas mesmas alterações. E o Sr. Ministro acabou aqui por dar a entender que negava a existência desse acordo. Portanto, nessa altura, o Partido Socialista não o reconheceu, como o Sr. Ministro continua a dizer que nunca existiu ou que, pelo menos, não tem provas da sua existência. Ou seja, o PS, enquanto estava na oposição, preferia ficar nesses «jogos» do que reconhecer a importância dos acordos e dos resultados que vinham da concertação social.

Mas, também numa análise política desta questão e pelos primeiros indicadores que o Sr. Ministro aqui apresenta e que recolhemos também da comunicação social, o problema que se coloca é o de saber se estas alterações são mais próximas do Código do Trabalho ou mais próximas daquelas que o Partido Socialista propunha à época da alteração deste Código. E uma primeira análise — faremos a análise mais concreta e mais detalhada, como já disse, em face da proposta de lei — faz crer que são mais próximas do Código do Trabalho do que das propostas que, na altura, o PS apresentava como alternativas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mais um elogio!

O **Orador**: — Isto resulta exactamente da postura que o PS agora diz ter, contra o imobilismo e contra

aqueles que são imobilistas em matéria de legislação laboral.

Sucede que, na oposição, o PS não é contra qualquer imobilismo; na oposição, o PS, em vez de privilegiar aquela que é uma posição de princípio, e que, para nós, é positiva, de lutar contra o imobilismo e modernizar a legislação laboral, preocupa-se exclusivamente com a questão táctica e disputa terreno com os partidos à sua esquerda, fazendo crer que mete o imobilismo na gaveta, e volta a ser o arauto das mesmas questões, erradas, suscitadas sempre pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Por isso, não podemos deixar de denunciar este comportamento, que é um comportamento inaceitável, de um partido que se pretende responsável e que, enquanto ocupa funções na oposição, não consegue manter a postura que agora defende no Governo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está a ser demasiado rijo com o Partido Socialista!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Não seja tão mau!

O **Orador**: — Assim, olhando para o actual Partido Socialista, a análise que fazemos é exactamente a de que, de facto, o Código do Trabalho, pelo menos como base, não é tão negativo e não é já diabolizável, como dizia o Partido Socialista quando era oposição. O Sr. Ministro tenta disfarçar essa realidade, dizendo que esta alteração não é meramente simbólica,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Ministro não está a ficar corado!

O **Orador**: — ... mas eu também posso dizer ao Sr. Ministro que esta alteração não é muito significativa. Portanto, por aí não ficamos esclarecidos quanto a saber se aquilo que o PS disse na oposição fazia sentido, do ponto de vista da substância da sua reflexão sobre estas matérias.

Assim sendo, Sr. Ministro, por muito que isto seja incómodo para o Partido Socialista, registamos a nota positiva de que, na discussão da revisão do Código, no prazo legal, concretamente no ano que vem, possamos voltar a encontrar este Partido Socialista responsável, possamos voltar a encontrar este Partido Socialista que pretende estabelecer acordos na concertação social e que esteja, de facto, excluído aquele Partido Socialista que apenas pretende disputar terreno à sua esquerda e que apenas pretende competir, do ponto de vista eleitoral, com o Bloco de Esquerda e com o PCP.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Ministro deve estar a começar a ficar corado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos esclarecer algumas coisas que são muito elementares.

Percebo, não tenho qualquer espécie de dúvida, que, acerca destas questões, entre a posição do Partido Comunista e a posição do Partido Socialista há uma distância muito grande.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora!

O **Orador**: — Sempre houve! Sempre houve uma distância muito grande! E, Srs. Deputados, não é sério dizer, nesta Casa, que a posição do Partido Socialista, quando estava na oposição, era uma posição contra a caducidade, porque isso é falso.

Protestos do PSD.

Vão ler as propostas do Partido Socialista! Não há nenhuma proposta em que esteja escrito que o Partido Socialista recusa a caducidade das convenções colectivas.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Há sim, senhor!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — É o tal «nim»!

O **Orador**: — Não há, porque não era essa a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista sempre disse que era contra o imobilismo nas relações laborais, que admitia a caducidade e tinha uma proposta que, de facto, era um pouco diferente daquela que hoje aprovou — pessoalmente, penso que esta é melhor, até para os sindicatos e para os trabalhadores, pois remetia as situações de caducidade para o

automatismo da arbitragem obrigatória. Era esta a proposta do Partido Socialista!

Portanto, não me venham agora dizer que o Partido Socialista era contra a caducidade, não admitia qualquer hipótese de caducidade e agora passou a admiti-la. Não! O Partido Socialista sempre admitiu a caducidade, nunca defendeu uma posição próxima daquela que o Partido Comunista defende, porque, de facto, é contra o imobilismo nas relações laborais e a posição do Partido Comunista é imobilista, é uma posição que, no curto, no médio e no longo prazos, é contra os interesses dos trabalhadores e dos próprios sindicatos, e a História já está a encarregar-se de o demonstrar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sim, é o que está a ver-se!...

O **Orador**: — Não me venham agora listar todos os artigos do Código do Trabalho relativamente aos quais o PS votou contra...

Vozes do PSD: — Foram todos!

O **Orador**: — ... e dizer que não os alterámos. Pois, não os alterámos porque o PS tem um programa e está a cumpri-lo!

No princípio da resposta às perguntas que me foram dirigidas, li os dois parágrafos do Programa do Governo em que está definida, de uma forma cristalina, a estratégia do PS na revisão do Código do Trabalho, e essa estratégia, quer os Srs. Deputados queiram quer não, vai ser cumprida. Depois, aqui estaremos para discutir todos os pontos, na Assembleia da República.

Compreendo perfeitamente a posição dos partidos da anterior coligação. Obviamente, não podiam vir aqui dizer que eram contra um acordo na concertação social, tanto mais que, de facto, apesar dos milhares de horas de discussão, a verdade indiscutível é que não houve nenhum acordo na concertação social para a elaboração do Código do Trabalho em vigor.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Pois não!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E as alterações?

O **Orador**: — Não houve qualquer acordo na concertação social... E se existiu que mo provem!

Sr. Deputado Luís Pais Antunes, não conseguirá introduzir aqui qualquer perturbação dizendo que há parceiros que são contra a posição que assumi relativamente ao artigo 4.º, pois este preceito não foi incluído no acordo.

O que eu disse, e repito, foi que o PS mantém a sua posição política de não concordar com a actual formulação do artigo 4.º. De resto, até tenho dúvidas sobre se o Sr. Deputado Luís Pais Antunes concorda com a actual formulação do artigo 4.º, pois ela afasta-se de qualquer sistema de relações laborais existente em Portugal.

Vozes do PSD: — Não tenha dúvidas!

O **Orador**: — O PS não concorda com essa formulação e vai mudá-la, mas, mais uma vez, vai mudá-la em sede de concertação social. E é isso que custa aos Deputados do PSD e do CDS-PP, ou seja, que tenhamos a capacidade de, com os parceiros, negociar uma mudança nas relações laborais que serve a modernização da economia e é contra o imobilismo mas que é fiel ao que tem de mais nobre e mais profundo a tradição do Direito laboral no nosso país.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Cá estaremos para ver!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trata-se de uma intervenção muito breve. Quero apenas dizer que esperava que o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, em relação às seis questões que coloquei na minha intervenção anterior, desse alguma explicação sobre os motivos que o levaram a fazer aquelas opções e que dissesse se, de facto, são as mesmas, ou não, do interesse do patronato, o que me parece óbvio, mas não tive resposta absolutamente nenhuma.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quem cala consente!

A Oradora: — V. Ex.^a disse agora que a direita está de acordo com a concertação social. É óbvio, pois o que vingou na concertação social foi a posição do patronato! É por isso que a direita está de acordo; caso contrário estaria contra!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Claro!

A Oradora: — Isto é óbvio! Todas as pessoas entendem isto!

Sr. Ministro, da última vez em que discutimos aqui a suspensão da cláusula de sobrevigência eu trouxe comigo as três propostas do PS que tinham que ver com esse artigo, sendo que em nenhuma delas se falava em caducidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Posso admitir que, mais uma vez, a resposta do PS nessa altura tenha sido o «nim». É no «nim» que VV. Ex.^{as} sempre ficam, para prejuízo efectivo dos trabalhadores, neste caso concreto, e para que amanhã ainda venham tentar enganar outra vez e dizer «afinal, não queríamos isso»!

Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, de facto, esta «anunciação a Maria» foi uma má anunciação!

Applausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não pode!

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Faço as intervenções que o tempo me permita!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não faz, não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, quero apenas informar que o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social pretende formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Odete Santos, gostaria de perguntar-lhe, uma vez que julga ter o monopólio...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Por acaso, sou antimonopolista! Já se esqueceu?

O Orador: — ... da interpretação do que é mais adequado e favorável aos interesses dos trabalhadores, se por acaso sabe que um dos parceiros que acordou nesta alteração, a UGT, declara que todas as 21 alterações introduzidas ao Código do Trabalho são favoráveis aos interesses dos trabalhadores.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Exactamente!

O Orador: — Será que estão assim tão enganados e que toda a verdade está em V. Ex.^a, Sr.^a Deputada?! É talvez um pouco demais!

Applausos do PS.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostava de recordar...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pretende a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Para responder, Sr. Presidente. Então não me foi pedido um esclareci-

mento?

Risos.

Vozes do PS: — Não tem tempo!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, conceder-lhe-ei 2 minutos para o efeito, mas digamos que estamos numa área experimental, porque também o pedido de esclarecimento por parte de um membro do Governo não é completamente regimental.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Ah!

O Sr. **Presidente:** — O artigo 92.^º do Regimento está claramente desenhado para que os pedidos de esclarecimento sejam formulados pelos Deputados.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Aí está quem tem a pretensão do monopólio da verdade!...

Risos do PS.

O Sr. Ministro já se deve ter esquecido de que sou antimonopolista e que para afirmar algumas das coisas que aqui disse fui até estudar, porque no aspecto do conhecimento não há sectarismo que possa sobreviver, o trabalho do Prof. Bernardo Xavier, o qual tem, aliás, um artigo muito interessante sobre a questão da sobrevigência, embora possa não concordar em tudo com ele.

E o Sr. Ministro não ouviu uma parte da minha intervenção, aquela em que eu falei que VV. Ex.^{as} tiveram do vosso lado uma maioria ideológica neste acordo, que foi a do patronato, e uma maioria afectiva; e acabou de dar a resposta sobre quem é essa maioria afectiva.

Applausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, chegámos ao fim do segundo ponto do período da ordem do dia e passamos à apreciação do projecto de deliberação n.^º 5/X — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR), em relação ao qual foi distribuída uma segunda versão, que vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai anunciar um diploma que entretanto deu entrada na Mesa e foi admitido.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de resolução n.^º 54/X — Estabelece o calendário para a instituição em concreto das regiões administrativas durante o ano de 2007 (PCP).

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, temos pendentes de votação vários pareceres da Comissão de Ética que, depois de lidos pela Sr.^a Secretária da Mesa, serão votados.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Portalegre — 2.^º Juízo — Processo 54/04.0 — TAP TG, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Luís Carito (PS), a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.^º Juízo Criminal de Lisboa — 2.^a Secção — Processo 14169/02.6 — TDLSB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Soares (PS), a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Portalegre — 2.^º Juízo — Processo 54/04.0 — TAPTG, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Rui Cunha (PS), a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o que foi solicitado pelo Tribunal de Contas, a Comissão de Ética emitiu um relatório e parecer a ser enviado àquele Tribunal no âmbito do Processo n.^º 4 JRF/2004 — 3.^a Secção, relacionado com a Sr.^a Deputada Rosário Águas (PSD).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o que foi solicitado pelo Tribunal de Contas, a Comissão de Ética emitiu um relatório e parecer a ser enviado àquele Tribunal no âmbito do Processo n.^º 4 JRF/2004 — 3.^a Secção, relacionado com o Sr. Deputado José Pereira da Costa (PSD).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Ana Catarina Mendonça): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa — 3.^º Juízo — Processo 4959/04.0TDLSC — Inquérito da 5.^a Secção do DIAP, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr.^a Deputada Leonor Coutinho (PS), a prestar depoimento por escrito, como arguida, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos de hoje.

A próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar no dia 8 de Setembro, pelas 15 horas. Mas voltaremos a reunir-nos já no próximo dia 28, em sessão plenária.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados que faltaram à reunião:

Partido Socialista (PS):

Pedro Nuno de Oliveira Santos

Partido Social Democrata (PSD):

Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL